

Tabela 1 - Classificação da produção e das reservas minerais do Brasil em termos mundiais (2008)

	Produção Mineral		Reservas Minerais	
	Posição	Participação	Posição	Participação
Nióbio	1º	98%	1º	98%
Manganês	2º	20%	6º	1,1%
Ferro	2º	17%	5º	11%
Tantalita	2º	28%	1º	50%
Bauxita	3º	14%	5º	6,8%
Crisotila	3º	12%	n.d.	n.d.
Magnesita	3º	8,8%	4º	14%
Rochas Ornamentais	3º	7,7%	n.d.	n.d.
Grafita	3º	7,5%	2º	35%
Vermiculita	4º	5,6%	n.d.	n.d.
Caulim	5º	6,8%	n.d.	n.d.
Estanho	5º	4,1%	3º	13%

Fonte: MME – Plano Nacional de Mineração 2030.
Org. FERREIRA, A. P. da S. de O., 2012.

O setor da economia mineral tem um caráter dinâmico no que concerne ao suprimento do mercado. Em decorrência das variações do mercado, das necessidades para produção, das mudanças estruturais e tecnológicas, do desenvolvimento ou da saturação de produtos, a demanda por bens minerais sofre alterações. “Os recursos minerais formam a base de diversas cadeias produtivas que configuram o padrão de consumo da sociedade moderna” (MME, 2011b).

O metal é um bem não-renovável e a sua densa exploração leva ao seu progressivo esgotamento, exigindo o desenvolvimento de novas tecnologias que tornem possível a exploração desses metais em situações cada vez mais adversas. Para a viabilização dessa exploração foram formadas as chamadas mineradoras,

[...] indústrias que pela sua grandiosidade requer diversos investimentos desde a pesquisa, viabilidade econômica, tecnologia adequada e o capital a ser investido e ainda o tipo, a qualidade e quantidade do minério a ser explorado. (LIMA, 2003, p. 56).

A formação de uma mineradora envolve a associação de vários grupos privados e estatais para atender o objetivo de explorar determinado mineral.

Para Calaes (2006, p. 15), o setor mineral deve ser visto como “um processo integrado de suprimento, através do quais recursos geológicos são convertidos em recursos comercializáveis no mercado.” Ainda de acordo com o autor, os recursos minerais dão à economia mineral um diferencial se comparada a outras economias, uma vez que é o ambiente geológico que determinara a ocorrência de depósitos minerais, que para serem explorados necessitam, primeiro, serem descobertos através de pesquisas.

Após o descobrimento do depósito faz-se necessário delimitá-lo para verificar qual é a sua dimensão e volume, considerando que está sujeito a exaustão em função de sua exploração. Cada depósito mineral possui diante de sua formação geológica possui características morfológicas, genéticas e de mineração diferenciadas, que exigem especificidades no planejamento e execução de sua exploração.

A economia mineral possui outras especificidades pontuadas por Calaes (2006), como alto risco de insucesso na fase de prospecção e pesquisa, sem a possibilidade de recuperação do capital investido. Já em caso de sucesso na fase inicial, o risco na fase da produção é menor. Contudo, há um longo prazo entre a descoberta dos depósitos minerais e de seu aproveitamento econômico.

O empreendimento mineral exige uma soma de recursos para sua consolidação que envolve uma equipe especializada e não precisa, necessariamente, ser da localidade onde se encontram os depósitos minerais, uma vez que a probabilidade de existência nesta de mão de obra qualificada é mínima. O empreendimento mineral demanda ainda uma dispendiosa infra-estrutura que envolve estradas, energia, núcleos habitacional, que quando inexistentes são construídos para atender as necessidades do empreendimento.

A rigidez locacional é outra característica da economia mineral. Ao contrário de outras empresas que se locomovem para uma determinada região em função de fatores de atração propiciados pela localidade, as jazidas minerais estão onde a natureza as formou, e não necessariamente onde as empresas, governos ou investidores gostariam que estivessem (LIMA, 2003).

Assim, a territorialização de uma mineradora não é determinada pela localidade em termos de vias de acesso ao mercado, pela existência de uma rede de infra-estruturas pré-formada, ou ainda por existir mão de obra qualificada. É determinada pela existência do minério, riqueza formada naturalmente ao longo de milhares de anos. A

ocorrência de minério em uma determinada área e sua viabilidade econômica determina a instalação de uma empresa mineradora, ou não.

A desigualdade na localização de minérios pelo mundo tem provocado, ao longo do tempo, disputas por territórios onde existem estas ocorrências minerais. Foram constituídos monopólios e oligopólios em varias partes do mundo em relação aos tipos de minério, tanto na exploração, quanto na distribuição e determinações de preços no mercado mundial. (LIMA, 2003, p. 56-57).

Os países que não possuem reservas minerais em seu território ficam dependentes das grandes empresas que exploram esses minérios, isso também ocorre com aqueles países que mesmo possuindo minérios não tem uma tecnologia desenvolvida para fazer a exploração (LIMA, 2003). Os depósitos minerais são diferentes entre si, e demandam novas tecnologias, ou a adaptação de tecnologias já existentes para atender as especificidades morfológicas e minerais de uma determinada jazida (CALAES, 2006). Nesse sentido, Fernandes, Lima e Teixeira (2007, p. 11) consideram que

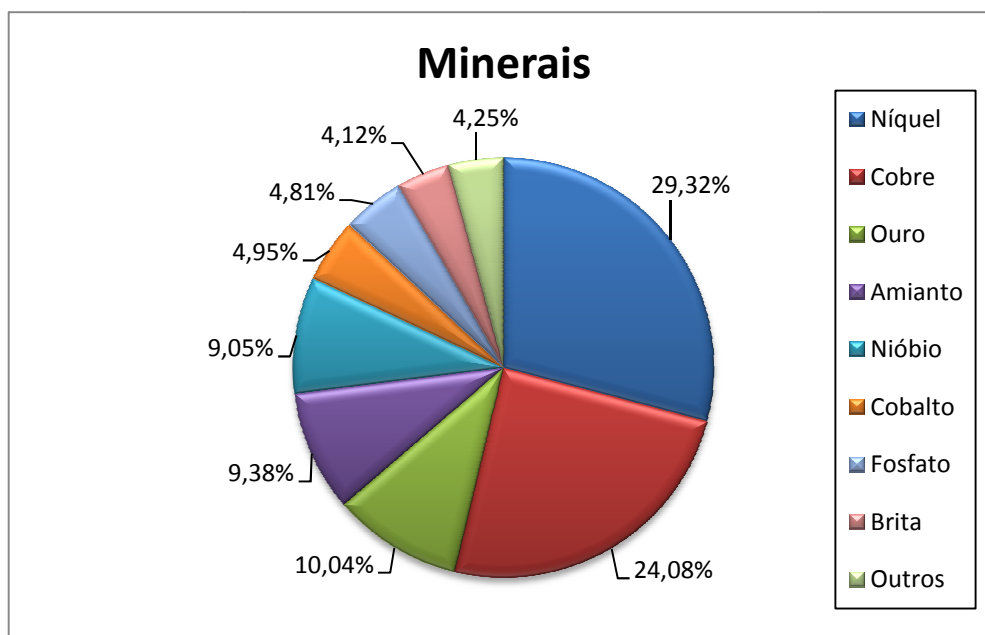
[...] as Minas (sic) não se apresentam homogêneas, ao contrário, têm grandes diferenciações entre si, decorrentes: do tamanho (grande, média ou pequena), do tipo de lavra (a céu aberto ou subterrânea), do tipo de ocorrência mineral, da tecnologia mineral em uso (na extração do minério, no beneficiamento primário e na metalurgia extrativa), do porte empresarial do empreendimento (megaprojeto, pequena ou média empresa, garimpo, ou cooperativa), da localização geográfica e das práticas exercidas sobre o meio ambiente.

São essas diferenças em torno da jazida que concedem a cada empresa mineradora uma atuação diferente na área de minérios. Em Goiás a indústria mineral contempla empresas pequenas, médias e grandes, onde destacam-se a Anglo American, Vale Fertilizantes, Baminco, Permatex, Yamana Gold, Prometalica, Sertão Mineração, Min. Serra Grande, Min. Curimbaba (LIMA, 2003; PINTO, MAGALHÃES, 2008). A formação geológica e geomorfológica do Estado de Goiás permitiu-lhe ser possuidor de uma diversidade de minerais explorados economicamente. No ano de 2009, trinta substâncias compuseram o produto mineral de Goiás e destes oito se destacaram representando 93,43% do produto total (Gráfico 1).

Os principais pólos minerais no Estado de Goiás localizam-se nos municípios de: São Luiz de Montes Belos (vermiculita), Niquelândia (níquel), Americano do Brasil (níquel e cobre), Caldas Novas (água termal), Catalão (fosfato, nióbio, titânio,

vermiculita), Crixás (ouro), Alto Horizonte (cobre e ouro), Barro Alto (níquel, alumínio), e Minaçu (amianto) (PINTO; MAGALHÃES, 2008).

Gráfico 1 - Composição do produto mineral por substância em Goiás – 2009



Fonte: SANTOS, 2010 /DNPM-GO/DF.
Org: FERREIRA, A. P. da S. de O., 2012.

Dentre os outros minerais existentes em Goiás há também minas de água mineral, água termal, ametista, areia, argila, barita, berílio, calcário, caulim, cianita, esmeralda, diamante, estanho, ferro, filito, granito, manganês, rochas ornamentais, quartzito, saibro, siltito, talco, titânio e vermiculita.

É a partir da década de 1970 que a mineração começa a assumir posição de destaque em Goiás.

O Estado de Goiás até então de economia predominantemente agropastoril passou a ter, na mineração, um segmento econômico importante e estratégico embora não tenha abandonado suas atividades iniciais e a detecção de suas potencialidades em seus diversos ambientes geológicos passou a acolher, em seu território, um expressivo número de empresas para exploração de diferentes tipos de minérios [...]. (LIMA, 2003, p.66).

A partir de investimentos e incentivos do governo federal e estadual foram feitos diversos estudos geológicos no estado para localizar jazidas minerais. Para a realização desses estudos foi criada em 1961 a Metais de Goiás S. A (METAGO), uma empresa goiana

de economia mista que tinha como principal objetivo pesquisar, organizar e explorar o potencial mineral do Estado (LIMA, 2003). Dentre as principais jazidas minerais encontradas destacam-se o Complexo Mineral Catalão-Ouvidor, onde as reservas mais consideráveis são de depósitos minerais de fosfato, titânio, nióbio, vermiculita e terras raras.

Com a descoberta de jazidas minerais no Estado, empresas com capital nacional e transnacional migraram para Goiás para explorar os minerais, os quais são exportados para outras regiões do país como o Sul e o Sudeste e outros países. Dentre os municípios do estado, onde foram descobertas jazidas minerais, estão o de Catalão e Ouvidor, para os quais vieram três empresas de exploração mineral e é sobre a chegada das mesmas no município e na Comunidade Macaúba que discorre o tópico 4.2.

13 4.2 *A chegada do outro* : a territorialização das mineradoras e a Comunidade Macaúba

As mineradoras se instalaram no município de Catalão na década de 1970, trazendo consigo o discurso de desenvolvimento para o município, e de melhores condições de vida para seus moradores, além da geração de muitos empregos. A vinda das mineradoras para Catalão possibilitou uma nova dinâmica sócio-econômica, política e cultural no Sudeste Goiano. Para Mendonça (2004), em Catalão entre as décadas de 1970 e 1980 houve um aumento significativo da população urbana, cerca de 129,83%, enquanto no meio rural houve um decréscimo de 22,74% no mesmo período. Este crescimento urbano em Catalão adveio em grande parte da migração de pessoas de outras cidades e também de parcela de camponeses da área rural em busca de emprego nas mineradoras.

Ainda conforme Mendonça (2004), com a instalação das mineradoras, Catalão recebeu dois tipos de migrantes, uma parcela oriunda de diversos lugares do país, com qualificações para atender as necessidades específicas das indústrias mineradoras, e com salários elevados e emprego estável. E outra parcela de migrantes, em maior número que os primeiros, vinda da zona rural e das cidades próximas a Catalão, sem qualificação e nenhuma especialização, e recebendo baixos salários para fazer os serviços tidos como mais pesados. Em função da elevada migração para Catalão, o município passa por um crescimento desordenado de sua malha urbana, a qual não conseguiu atender as necessidades básicas de

toda essa população, especialmente em termos de infra-estrutura, fazendo com que muitos desses trabalhadores se deslocassem para as regiões periféricas da cidade.

De acordo com Lima (2003), na década de 1970 a 1990 surgiram mais de 30 bairros na cidade, sendo alguns destes destinados quase que totalmente para trabalhadores e outros às classes de maior poder aquisitivo.

Essa disposição vem expressar territorialmente as contradições sociais impostas por este tipo de desenvolvimento, qual seja, de um lado os bairros mais nobres dotados de toda infra-estrutura e altamente valorizados e de outro os bairros mais pobres sem infra-estrutura eficiente, distantes do centro e criando assim um interstício ou áreas como reserva de valor. (LIMA, 2003, p. 111).

Os trabalhadores foram empurrados para as áreas mais distantes da cidade sem condições adequadas de sobrevivência. O quadro era este:

[...] não havia empregos para todos, como anunciado pelos agentes políticos e econômicos. Parcela desses trabalhadores foi absorvida no serviço público, [...] sendo *acabrestados* politicamente, pois não se exigia a realização de concursos públicos. O clientelismo do poder público local acenava as benesses para os empresários urbanos e rurais e “agradava” parte dos camponeses, *trabalhadores da terra* e outros migrantes com políticas assistencialistas - *a indigência assistida*, inclusive indicando aqueles que deveriam assumir “cargos na prefeitura municipal e/ ou nas empresas que se instalavam na cidade” e, que necessitavam de trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação. (MENDONÇA, 2004, p. 187-188, grifos do autor).

A política assistencialista foi uma forma encontrada pelo poder público para amenizar os problemas por que passavam estes trabalhadores, buscando acalmá-los, sem, no entanto, criar políticas efetivas que melhorassem suas condições de vida. Os trabalhadores ficaram a mercê do poder público e das empresas.

Rothaman (2010), ao fazer um estudo sobre o processo de implantação de mineradoras na Zona da Mata (MG), e o movimento de resistência criado no local, fala das estratégias da mineradora para cooptar as autoridades políticas e a população local. De acordo com o autor, as formas mais comuns de cooptação usadas pela mineradora referem-se à promessa de desenvolvimento da região, a construção e/ ou melhoria de infra-estruturas física e social nos municípios atingidos, a geração de empregos na obra, e promessas de pagarem bem aos proprietários por suas terras. Por outro lado, as empresas pressionaram o poder público a oferecer cursos profissionalizantes à população. Nesse sentido, percebe-se uma

grande semelhança com o que ocorreu em Catalão quando da vinda das empresas para o município nas décadas de 1970 e 1980.

Em Catalão, a pressão exercida pelas empresas mineradoras sobre o poder público para fornecer cursos de profissionalização, resultou na criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e do oferecimento de diversos cursos técnicos direcionados ao trabalho nas indústrias. A criação dessas instituições visou instruir o trabalhador para atender as necessidades do capital, e criar um excedente de mão de obra qualificada e barata para a indústria mineral, e ainda coibir a ação sindical (MENDONÇA, 2004).

As estratégias das empresas mineradoras e do poder público não ficaram apenas no âmbito da área urbana, e atingiram as comunidades do meio rural especialmente as afetadas diretamente pela implantação das empresas. Como forma de cooptação especialmente das Comunidades Macaúba (Catalão) e Chapadão (Ouidor), as empresas mineradoras contrataram um grande número de camponeses para trabalharem nas obras, nos serviços mais pesados. Essa contratação, segundo relatos, foi feita em maior número pela Goiásfértil que era de capital estatal. A contratação de trabalhadores era feita prioritariamente por meio de indicações de lideranças políticas das comunidades. Na Comunidade Macaúba, a principal liderança que se ocupou de encaminhar camponeses para trabalhar nas mineradoras foi o senhor Heleno da Silva Só (falecido). Na entrevista seu filho disse: *meu pai era muito conhecido ai ele encaminhava o pessoal pra trabaia nas firma* (Entrevistado 1, setembro de 2011).

Para Rothaman (2010), a saída principalmente de homens jovens das comunidades rurais para trabalhar nas mineradoras é uma ameaça para a agricultura familiar, uma vez que diminui a mão de obra. Na Comunidade Macaúba, ao longo dessas mais de três décadas, os jovens têm deixado a Comunidade e migrado para a área urbana, em grande parte para trabalhar nas mineradoras, o mesmo ocorreu com outras comunidades rurais. Essa situação pode ser elucidada, quando um dos entrevistados, que deixou o chapadão para morar na área urbana de Catalão e trabalhar na mineração COPEBRÁS, relatou que

[...] a vida lá no chapadão era boa, porque não tinha essa vida de hoje né, era vivendo, trabalhando e comendo (risos). Ai depois que eu sai de lá eu entrei na COPEBRÁS, foi facim deu entra lá, eu trabaia de guarda lá, [...]. Eu fui o primeiro guarda que teve lá, tava começando a fazer a obra ai tinha um ranchão lá, cheio de ferro e agente ficava lá naquele ranchão de noite sozinho no meio daquele cerradão. Ainda não tinham roçado aquilo lá não, tava inteiro ainda, o cerradão, hoje já devastou demais, sobrou quase

nada. Tinha um lugar lá que tinha um disvio, lá eles não gostava de ir pra lá nem, eu que ia pra lá porque ninguém queria ir, diz que aparecia assombração, diz que ia uma muiê lá di noite, uma loura, mas eu nunca vi ela (risos). Trabalhei lá dois anos, sai porque o salário era pouco e tinha menino demais pra cuidar. Ai cê comprava no armazém de prazo e cê ia pagar e não dava conta de paga tudo, ai ia comprando mais até não te nem jeito. Ai eu sai e fui trabaia com carroça, bem mio que lá memo[...]. (Entrevistado 2, setembro de 2011).

O entrevistado expressou em sua fala, a lembrança da existência de uma vegetação de Cerrado, a qual foi destruída para que o projeto minerador pudesse se efetivar. No que se refere à questão do trabalho, nota-se como conseguir um emprego nas mineradoras quando da sua vinda para Catalão era uma tarefa fácil, no entanto, o salário para profissionais desqualificados não era grande. Era insuficiente para sustentar a família como antes o fazia na fazenda. Sobre a facilidade de conseguir um emprego nas mineradoras, uma de nossas entrevistadas, que no início da década de 1970 trabalhava como secretária na empresa Fosfago (hoje COPEBRÁS), em sua fala diz que naquele tempo

chegava caminhão, ônibus de gente de profissão, analfabeto ou não, ou todo mundo era empregado, almoço era distribuído aqueles vale refeição e o povo ia tudo lá pro restaurante almoçar, sujeito que chegava lá cedo, saía de lá empregado, foi bem no início sabe assim, tudo aqueles tipo barracão ainda, só tinha o escritório, o restaurante e a construção da usina, uns amolcherifado que era lá em baixo, tinha de tudo ali era mais ou menos assim cê tem profissão então cê vai pra li, cê não sabe fazer nada cê vai pra li, mas cê saía empregado [...]. (Entrevistado 3, outubro de 2011).

Os primeiros serviços nas mineradoras foram serviços pesados e não ofereciam proteção aos que o realizavam. Eram feitos por pessoas sem qualificação profissional, como relatou um dos moradores da Comunidade Macaúba:

[...] quando a mineração começo caçando os minério aqui, foi aquela antiga Metago, a primeira firma foi ela, e eu fui trabaia lá quando eles tava construindo, eu trabaiei lá uns quatro meses só, foi em no início dos ano 70. O serviço meu era grosseiro né, é fura valeta, mais eu num atulerei não, o serviço era pesado e era riscoso agente morrer [...]. Teve gente que trabaiaava naquelas galeria era muito pirigoso. (Entrevistado 4, agosto 2011).

Empregar pessoas das fazendas afetadas pela ação das mineradoras foi uma estratégia da mineradora para abrandar sua situação diante dos moradores das mesmas. As mineradoras influenciaram na saída de muitas famílias da Comunidade. De acordo com um dos entrevistados

[...] a influência das empresas, o povo garrô a arrumá muito emprego nas empresas e outros foi desapropriado pela firma. E também Catalão antigamente não tinha emprego ai o povo ficava tudo na roça e ai o que qui aconteceu as empresa chegou, foi chegando, no caso as mineradora, e o povo como já era da região muitos, a maior parte foi trabalhar nessas mineradora, foi o caso do João Pequeno, Zé da Clarinda, Zé da Vó, o Zé Calassa que foi atraís de estudo e depois foi trabalha nas empresa, Helio do ti Euvidio, teve gente demais, uns foi pra cidade e alguns poucos continuou na Comunidade [...]. (Entrevistado 5, setembro de 2011).

Outra ação realizada pelas mineradoras era empregar aquelas pessoas que foram desterritorializadas como ocorreu com um morador da Comunidade Chapadão. As empresas ao comprarem a propriedade já prometiam emprego para os camponeses desterritorializados.

Trabalhei na Metago, no início da pesquisa, eu fui pra lá, porque com aquele negocio de desapropriar eu fiquei empregado lá, o cumpade Tõe também ficou empregado lá, e nois tudo mudou pra cidade. Eu mechia com sondagem e fiquei 27 anos trabalhando lá. (Entrevistado 6, setembro de 2011).

As pessoas que tinham alguma qualificação conseguiram empregos melhores, menos pesados e com uma remuneração melhor. As pesquisas de campo mostraram que até fins do século XX e início do século XXI, alguns moradores da Comunidade trabalhavam nas mineradoras, e residiam na Comunidade Macaúba, mantendo-se camponeses e ao mesmo tempo assalariados. Mesmo trabalhando na mineradora, estes camponeses plantavam suas roças e criavam seus animais com a ajuda da família. Alguns preferiam trabalhar na mineradora no período noturno. Assim, tinham tempo para cuidar dos afazeres da propriedade durante o dia, esse é o caso de um dos nossos entrevistados, conforme pode ser observado em seu relato:

Trabalhei na firma 24 anos, entrei lá di vigia, meu cuncunhado trabalhava lá e me indicou. De vigia eu trabalhei um ano e meio, [...] ai depois eu sai de vigia e fui pra ajudante de maquina, ai depois eu fiquei uns tempo na cidade pra aprender a mexer nas maquinas e voltei pra fazenda. Ai eu fazia os dois lados trabalhava na firma e conseguia planta as coisa, eu comprava muito pouca coisa pra casa, eu conseguia produzi tudo lá, pra mim foi uma boa que era pertinho, nem café eu comprava, pra mim foi bom demais [...]. Minha vida na Macaúba era trabalhar na firma e trabalha em casa dia i noite, e eu achava bão. (Entrevistado 7, setembro de 2011).

Este entrevistado mudou-se da Comunidade Macaúba, no ano de 2007, quando teve sua propriedade comprada pela mineração COPEBRÁS.

A expansão da mineração no município de Catalão ameaçou uma ocupação histórica da região, que é a agricultura camponesa da Comunidade Macaúba e de outras Comunidades, suas formas de apropriação, uso material e simbólico do território. A mineração é para as famílias camponesas o outro, o “estranho” (MARTINS, 1993). Ao falar do “estranho”, Martins (1993, p. 11, grifos do autor), compreende-o como “aquele que vem ‘de fora’, o que pertence a ‘outro mundo social’, diverso do daqueles que sofrem o seu impacto e vivem a sua presença intrusa e incomoda.”

A expansão capitalista, em territórios pertencentes a comunidades indígenas e camponesas, causa desencontro, estranheza e por vezes resistência. Por outro lado, acarreta também, no lançamento de camponeses na pobreza, nas escalas inferiores da produção capitalista, como condição de exército industrial de reserva, sendo considerado como um excluído. No entanto, Martins (1993, p. 12) diz que é preciso inverter a perspectiva e considerar que

[...] essas populações têm vivido e sofrido o impacto do estranho, que não só invade territórios tribais e terras camponesas, confinando ou expulsando, mas também quebra linhagens de família, destrói relações sociais, clandestiniza concepções culturais, valores, regras – vitais para a sobrevivência de tribos indígenas e comunidades rurais. (MARTINS, 1993, p. 12).

Por vezes, camponeses, indígenas, negros foram considerados como os “estranhos” que entravam no mundo do branco. Entretanto, o branco era/ é o “estranho” para esses povos, aquele que desestrutura, abole seus significados, saberes, modos de vida e de pensar. A expansão de mineradoras em terras camponesas e indígenas seja, em Goiás, na Amazônia ou em outros estados, resulta em uma violência física e simbólica para com essas Comunidades, sendo a desterritorialização uma das mais dolorosas formas de violência. Diante dessas considerações, no tópico 4.3 será feita uma discussão sobre o processo de desterritorialização de famílias camponesas da Comunidade Macaúba e os efeitos negativos desse processo para as famílias.

4.3 A desterritorialização de famílias camponesas da Comunidade Macaúba e adjacências

A expansão do capital, através de um modelo hegemônico de desenvolvimento, que privilegia grandes projetos de infra-estrutura e apropriação de recursos

naturais em detrimento de outras formas de ocupação tem acarretado na desterritorialização de famílias camponesas em todo o Brasil. Mendonça (2004, p. 46), ao falar da desterritorialização de “trabalhadores da terra”, diz que deve se pensar não apenas

[...] na perda das condições de sobrevivência, a exclusão do acesso a terra, mas na destruição das ações simbólicas, e culturais fundamentais para manter a coesão, e as sociabilidades que, construídas historicamente, expressam diversas formas de manifestação sócio-cultural daqueles que estão umbilicalmente vinculados a terra.

Famílias camponesas em todo o Brasil têm sofrido o processo de desterritorialização pelo avanço do agronegócio, da construção de hidrelétricas, expansão de indústrias madeireiras e mineradoras. A desterritorialização para essas famílias significa a perda do acesso a terra não só no sentido material como afetivo, uma vez que se criam laços com o lugar e deixá-lo de forma involuntária causa uma brusca ruptura com o mesmo e tudo o que esse representa. Ao serem desterritorializadas estas famílias se sentem socialmente excluídas, destituídas do direito a voz, à permanência no seu trabalho, na sua casa, no seu lugar. Estes camponeses sofrem com as mudanças nas formas de organização/produção de vida, sendo privados do direito a permanência na terra, na manutenção de sua identidade territorial apresentando dificuldades de reconstituírem suas vidas.

A territorialização das mineradoras no município de Catalão (GO) significou a desterritorialização de muitas famílias. Durante a pesquisa não conseguimos conhecer o número exato de famílias, mas segundo relatos de moradores e ex-moradores da Comunidade Macaúba (Catalão) e Chapadão (Ouidor), cerca de 75 famílias, entre proprietários e não proprietários, deixaram essas Comunidades no período de 1970 a 2011.

De acordo com informações obtidas pela mineração COPEBRÁS, a empresa comprou no período referido acima, 27 propriedades no município de Catalão (GO) e 10 propriedades no município de Ouidor. Na Comunidade Macaúba cerca de 35 famílias deixaram a Comunidade no período de 1970 a 1999, e no período entre 2000 a 2011 seis famílias deixaram a Comunidade em função do processo de expansão das mineradoras. Para a compra de uma propriedade, primeiro é feito uma análise das áreas prioritárias para a empresa, de acordo com seus projetos e, a partir daí é iniciada a negociação com os proprietários, com base no valor de mercado (Informação verbal, COPEBRÁS, 3 de janeiro de 2012).

A partir das entrevistas realizadas em campo, observamos diferenças nos processos de negociação de compra e venda de terras e de valores pagos nas três últimas

décadas do século XX com a primeira década do século XXI. Aqueles que venderam suas propriedades para as mineradoras ainda no século XX receberam por suas terras o preço de mercado, e sofreram uma pressão maior para realizarem a negociação, da empresa e até mesmo de políticos da época. Naquele período as terras eram muito mais baratas que os imóveis urbanos. Quando perguntados sobre o processo de negociação entre as mineradoras e os proprietários as respostas foram semelhantes.

Eles chegaram e puseram aquilo na cabeça de todo mundo que tinha que vende, que era obrigado a vender porque se não ia tomar, fazia pressão, então pro cê vê o que nois passou. Todo mundo saiu contrariado teve gente que adoeceu. Teve gente que logo ficou sem nada, uma fazenda grande se transformou numa casa, acabo tudo. Nois foi forçado a vender, foi desapropriado, não foi uma desapropriação pelo que valia, nunca nem perto chegou, eles pagaram uma micharia. Quem saiu bem naquela venda foi só o Aintoimila que comprou terras no chapadão do Santo Antônio, que naquela época não tem valor e hoje são as terras mais valorizadas de Catalão [...]. (Entrevistado 6, setembro de 2011).

Na verdade que envolveu os políticos da época, tipo o Silvio Pascoal, Enio Pascoal, João Margon, aqueles cara irmão do Ires, eles fez uma pressãozinha, teve as ameaça, então ou vendia se sentindo bem ou tinha as ameaça de desapropriação. Ai eles negociavam, eu alembro bem que 15% da área foi considerado preço especial por ter minério e o resto era o preço normal da época, preço do mercado. (Entrevistado 8, setembro de 2011).

Na compra das terras pelas mineradoras sempre houve a diferenciação no valor das terras, acerca do tipo de terra e da presença ou não de minérios. No pagamento da terra com a presença de minérios o valor é superior. As negociações eram e são realizadas mediante a procura dos representantes da empresa aos proprietários de terras. Segundo um dos entrevistados que vendeu suas terras na década de 1980,

[...] teve muita pressão pra gente vende, primeiro eles foi lá e me procurou, ai eu não quis vendê não, porque eles tava pagando barato. Era o Monteiro o advogado da firma, ai eu mais ele brigou, ai ele falou assim que ia montar um processo pra mim vender do preço do INCRA [...], e ai ele pegou e processou e pois na mão do João Margon. Então ele pegou e levantou o processo e levou no juiz e o trem ficou valendo a base de sete por alqueire. Ai quando o oficial de justiça chegou lá, chegou três, chegou com o revolvim na cintura, e eu falei não pode guardar isso, ai eles brincando, mas brincadeira seria, ai eles guardou o revolvim deles e veio conversar e falou nois vei cá pro cê assinar aqui por que ocê foi processado pela Goiasfértil, [...]. Ai eu peguei fui em Anápolis mais o menino do João Rosa e ele pegou e colocou na mão dum advogado o doutor Vicente, e ele falou vou mostrar pra esse povo da Goiasfértil o valor que ocêis tem seis comprou, pagou, e agora eles que joga ocêis de fora. Mais quando ele chegou aqui, e eu fui lá falá

com o povo do Calassa, que eles tava pagando ele lá o alqueire a 20 campo e a 30 cultura, quando eles viu que o doutor Vicente tinha chegado eles correu nos Calassa e pagou tudo a 50, miorou pra eles né, mais ai então não deu chance pra nois porque nois endurecer. Ai nois pegou e foi lá e processou e quando ele tava com os sirviço mais ou meno no jeito assim, a firma pegou e moio a mão dele com um bom dinheiro, então ficou nem manso e nem brabo. Ai passou quatro ano e todo mundo vendeu as terra, tava sobrando só eu num bico, ai eu vendi [...]. (Entrevistado 9, setembro de 2011).

A partir do relato dos entrevistados 8 e 9 é possível perceber algumas das estratégias das mineradoras para comprar as propriedades, como a cooptação e a desarticulação de um possível movimento de resistência através da união dos camponeses, seja para não vender as terras ou para obter um valor maior pelas propriedades. A estratégia usada pela empresa é comprar primeiro as propriedades em que seus donos tenham uma resistência menor na venda ou peçam um preço mais baixo pela terra seguido dos outros.

Eu lembro que quando eles chegou nós até não queria vendê, e ai agente tentou uni todo mundo, juntou os fazendeiro tudo pra num vender, mais ai o seu Lodilino não sei se alguém até pago ele pra ele faze aquilo mais ele vendeu o chão dele aí disuniu todo mundo. Ai agente ficou assim como obrigado a vendê também, se sentiu forçado a vendê e eles pressionavam agente. O preço foi barato, pra todo mundo. (Entrevistado 10, setembro de 2011).

As famílias que moravam em terras alheias, como meeiras, agregadas tiveram que deixar as propriedades e procurar um novo lugar para continuar. Uma das entrevistadas morava com a família em terras alheias na Comunidade Chapadão e trabalhavam como meeiros. Suas palavras reforçam a afirmativa:

[...] nós trabaivava de a meia, e ai os fio ajudava o João mais eu, ai nós plantava e partia. Nós plantava milho, arroz, feijão. O arroiz não era bão pra dá não, a terra era boa pras outras coisa mais não dava arroiz, as veiz agente plantava umas hortaliças só pro gasto, criava umas galinha, uma moitinha de mandioca, era difícil mais era bão, era melhor que hoje [...]. Quando nós saiu, nós não recebeu nada das mineração, não teve briga, não teve complicação não teve nada, vendeu com nós lá dentro e nós saiu igual cachorrinho [...]. (Entrevista 11, outubro de 2011).

Outra moradora da Comunidade Córrego Fundo – Macaúba também trabalhava com esposo e quatro filhos, como meeiros em terras alheias, há mais de dez anos. De acordo com nossa entrevistada,

[...] a dona Alice vendeu as terra e disse que tinha tirado um quarto pra nós, só que ela não passô escritura, e aí não adiantou, mais nós ficou lá só uns tempo. Ai hora que a água tava passando, porque eles soltava a água nos córrego, e nós ficava ali do lado, aí hora que num deu mais nós saiu e ai descia aquele barro, fedia, parece que era uma soda que tinha naquele barro [...]. Ai nós saiu e perdeu tudo que nós tinha, porque nós morava no que era dos outros, foi difícil. (Entrevistado 12, outubro e 2011)

Além dos meeiros havia também muitos arrendatários que viviam e produziam nas terras arrendadas. Um de nossos entrevistados mencionou que seu pai,

[...] arrendava terra, por sinal, tinha umas 15 famílias morando dentro dessa propriedade, só família completa, mãe esposo e filhos, os trabalho era braçal só na enxada [...]. Aquele povo que morava de meeiro eles sobrevivia com um alqueire de terra, e outra coisa, o trem dava dinheiro naquela época, hoje não da mais [...]. (Entrevistado 8, setembro de 2011).

Os efeitos sociais foram grandes para essas famílias não proprietárias e também para as proprietárias, tanto no aspecto simbólico como material, as perdas foram muitas: *muita gente lá num acertou, quais ninguém acertou, ficaram tudo na pior* (Entrevistado 9, informação verbal, setembro de 2011). Segundo o entrevistado 8 (setembro de 2011),

[...] o impacto social foi tão forte que a maioria das pessoa morreram, porque eles tira o cara do meio né, depois o cara sai do meio e tá lá trabalhando, movimentando e tira ele do meio e vai pra cidade fica quieto a maioria engordou e logo morreu foi um impacto forte viu.

As famílias proprietárias que venderam suas terras no período que concerne o início da década de 1970 ao fim da década de 1990 em sua maioria não conseguiram comprar em outros lugares terras de igual preço e qualidade. A maior parte destas famílias acabou-se desestruturado financeiramente, poucos foram os que conseguiram manter o mesmo padrão de qualidade de vida ou algum benefício com a venda de suas propriedades. Mas os efeitos negativos sobre essas famílias foram além de questões financeiras. As famílias foram desterritorializadas afetivamente, laços de amizade, vizinhança se perderam.

Ao lembrar-se das pessoas que moravam nas Comunidades Chapadão e Macaúba um dos entrevistados assim nos relatou,

[...] aquele povo dali da Macaúba era tudo amigo nosso, tava tudo

misturado, aquilo ali pra nós era tudo família, tudo amigo, era bom demais. Agora se nós fo lá no chapadão não conhece mais nada não, mudou tudo, acabou tudo. Lá era um pessoal tudo bom, o que manda muito num lugá também é os vizim, lá dia de domingo uma treca ia passear lá em casa e ai no outro domingo nos ia pra lá. Era aquela moçada, aquela rapazeada, pagode lá era direto, eita trem bão, nem esperava chega no dia de sábado não, juntava no meio de semana mesmo e os meninos cantava, tocava violão e sanfona e ia até o dia amanhecer. O povo morreu quase tudo, os otros sumiu, afastou [...]. (Entrevistado 11, setembro de 2011).

Uma das senhoras entrevistadas quando relembra sua saída e de sua família da Comunidade Macaúba, mostra sua insatisfação em seu relato:

Agente não ficou satisfeito com nada, os plano da gente era de nunca sair de lá, agente até falava daqui agente só sai pro cemitério, tanto que agente gostava de lá. Foi a nossa ruína sai de lá, eu tenho certeza disso. Eu não gosto nem de lembrar de lá, eu fui lá uma vez e me deu uma crise de choro e num vortei mais, lá agente tinha tudo arrumadinho, assim uma casa boa que agente feiz, do jeito que era o sonho da gente, no quintal havia tudo quanto era plantação que o Salviano gostava muito de plantar, tinha um rego d'água que os menino gostava de andar de canoa nele na porta. Tinha a Comunidade Macaúba que agente sempre feiz parte do grupo de jovem, de tudo, então que agente gostava muito né, pertim da cidade, agente tinha assim uma vida tranqüila, não tinha dificuldade financeira. Nossa saída de lá foi uma barra [...]. (Entrevistada 10, setembro de 2011).

No que concerne às famílias que venderam suas propriedades na primeira década do século XXI, estas foram mais bem remuneradas por suas propriedades, o que não lhes trouxe nenhum tipo de prejuízo financeiro e material, havendo algumas dessas famílias satisfeitas com a negociação. O aumento no preço das terras compradas pelas mineradoras se deve em parte a uma nova forma dos proprietários de lidarem com as mineradoras, em que ao negociarem com as empresas se munem de informações que lhes favoreçam na negociação. *Pra mim foi bão, eles pagaram bem acima do preço. A vida lá era mais ou menos e hoje tá boa* (Entrevistado 13, informação verbal, outubro de 2011). No entanto, para algumas famílias essa saída da Comunidade ainda foi dolorosa mesmo estando satisfeitos financeiramente. Foi o caso de uma senhora (entrevistado 14, outubro de 2011), que assim nos falou: *eu gostava demais de lá, achei muito ruim mudar do lugar que cê mora. Depois que agente mudou eu não gostava nem de ir lá, até hoje eu não gosto, não vô.* Um senhor falou sobre sua saída da Comunidade e do que é hoje, o que um dia foi a sua casa:

[...] o início do bota fora que é hoje que voceis vê lá, foi onde é que era minha casa, começou a levantar o aterro lá. Eu resolvi vender porque eu não agüentava o barui, o Elcinho vendeu e eles começo a mecher nas terras

a cem metros da minha porta, como é que eu ia agüentar aquele barui vinte e quatro horas. Mas eu vendi num achando bão não, vendi porque minhas terras não tinham documento, se eu tivesse documento em mão, eu tinha segurado mais, ou então nem tinha vendido [...]. Eu fiquei satisfeito com o preço pago, satisfeito, mas sentido, porque eu gostava muito dali, eu morei lá trinta ano, eu apeguei muito aquilo ali, eu conheço aquilo ali a parmo. A vizinhança melhor não pode, nunca tive uma pequena encrenca com ninguém ali, pra mim todos ali não têm defeito[...]. (Entrevistado 7, setembro de 2011).

A saída de famílias da Comunidade afeta também aqueles que permanecem na mesma. O desagrado das famílias residentes na Comunidade para com a ação das mineradoras é unânime, em termos de questões ambientais e sociais, nas entrevistas, todos apontaram sua insatisfação. *Disinqueta com muitas famílias, pro cê vê aqui já não tem morador nenhum, as família que podia tá aqui quetinha não tá mais (Entrevistado 15, informação verbal, agosto de 2011). Igual no nosso caso eu falo, diminuiu os morado, e só poluição, barulho, aquele tanto de caminhão lá (Entrevistado 16, setembro de 2011).*

A coisa mais ruim que aconteceu pra nós foi as mineração, tirou o povo do seu lugar, luga que ninguém que sair, que tá com o imbigio enterrado ali, tem amor ao lugar, tem os seus costume tem a religião tem os seus entes queridos que tá enterrado ali que vai tudo pra debaixo d'água ou dos maquinário. Polui as nossa água, polui o ar, e tira o pessoal do seu lugar, acaba com tudim, é a coisa mais ruim que já aconteceu no nosso lugar é as mineração. Aquele Chapadão ali tinha quase mais gente que a Macaúba, a Macaúba era cheinha. Acabo, acabou com a Macaúba, acabou com o Córrego Fundo, acabou com os Val dos Ferreira que não existe mais, e acabou com o Chapadão. Agente tem saudade daquele povo que tinha, então é uma coisa que acabou tudo e é uma coisa que nunca mais volta. (Entrevistado 17, agosto de 2011).

O processo de compra de propriedades da Comunidade Macaúba ainda não se estagnou, segundo informações de moradores da Comunidade Macaúba, ambas as mineradoras estão negociando com moradores da Comunidade para comprar suas propriedades. A Mineração COPEBRÁS está em processo de negociação com proprietários vizinhos à sua área de atuação, uma vez que suas atividades de depósito de estéril afetam estes proprietários. No caso da Mineração Vale Fertilizantes, a compra de propriedades está relacionada ao aumento da represa de dejetos e a uma maior probabilidade de que esta empresa venha a comprar um numero maior de propriedades na Comunidade Macaúba.

Os efeitos das mineradoras na Comunidade, não se limitam às questões sociais, abrangendo também questões ambientais conforme será explicitado no tópico seguinte.

4.4 Os efeitos socioambientais da territorialização de empreendimentos mineroquímicos

A atividade mineral, assim como outras atividades que exploram os recursos naturais renováveis ou não renováveis gera no seu processo de transformação, de um bem natural em um bem econômico, efeitos socioambientais difíceis de serem mensurados. Foi especialmente a partir de meados do século XX, no mundo e no Brasil, que políticas governamentais e de instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional foram desenvolvidas visando promover a modernização do território. As políticas e projetos desenvolvidos procuraram estruturar e reestruturar instituições sociais a partir de investimentos em transporte, energia, indústrias de base como os grandes empreendimentos de exploração mineral, energética e madeireira no país. Conforme Zhouri e Laschefski (2010, p. 11, grifos dos autores),

havia uma expectativa de que, após uma fase inicial denominada *take off*, ocorresse, quase que automaticamente, a instalação do estado de “bem estar” social, o processo *Trickle down*. Nessa concepção, áreas primordialmente cobertas pela vegetação natural foram vistas como espaços subutilizados e passíveis, portanto, de apropriação por grandes empreendimentos agroexportadores ou complexos industriais [...].

Predominava o discurso de que esses empreendimentos promoveriam o desenvolvimento das áreas de seu entorno. No entanto, esses projetos foram marcados por seus efeitos danosos ao meio ambiente e a sociedade. No Brasil houve um crescimento das desigualdades sociais, com o aumento do desemprego, dos conflitos fundiários, e um agravamento da exclusão de grupos marginalizados (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Áreas como o Cerrado brasileiro foram alvo de investimentos grandiosos que atenderam aos interesses do capital transnacional e das elites. Essa política de desenvolvimento gerou a devastação ambiental e ainda a expulsão de centenas de grupos sociais que viviam nessas áreas, camponeses, seringueiros, indígenas, ribeirinho. Estes grupos, como já mencionados no capítulo dois, não foram passíveis a essas mudanças e se organizaram em movimentos de protesto e resistência por todo o país, buscando ganhar o reconhecimento e valorização do seu modo de vida e o direito a autonomia.

Zhouri e Laschefski (2010) enumeram a existência de três tipos de conflitos ambientais, os territoriais, os espaciais e os distributivos. Os conflitos ambientais distributivos são vinculados à questão dos modos de produção, de circulação e de consumo, refere-se a conflitos que evidenciam as desigualdades sociais em torno do acesso e da utilização dos

recursos naturais pelas gerações presentes e futuras. Esses conflitos não se restringem apenas ao nível discursivo de debates ambientais, podendo ser vislumbrados “no mundo real” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 20), em conflitos localizados, por exemplo, pelo acesso ao petróleo, a água, aos minerais, entre grupos sociais dentro de um país e especialmente entre países.

Os conflitos ambientais espaciais dizem respeito àqueles causados por efeitos ambientais que transcendem os limites entre os territórios dos grupos sociais, não surgem, portanto, de disputas territoriais entre grupos pelas formas diferenciadas de apropriação do espaço. São exemplos de situações causadoras deste tipo de conflito, a chuva ácida, na Europa Continental, o problema do desaparecimento das ilhas-nações no Oceano Pacífico, que provocaram conflitos em nível internacional (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010). No que concerne aos conflitos ambientais territoriais, estes

[...] marcam situações em que existe sobreposição de reivindicações de diversos segmentos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial [...]. A diferença em relação aos conflitos sobre a terra é que os grupos envolvidos apresentam modos distintos de produção dos seus territórios, o que se reflete nas variadas formas de apropriação daquilo que chamamos de natureza naqueles recortes espaciais. (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 23).

Como exemplo deste tipo de conflito é possível citar os conflitos gerados a partir da territorialização de empreendimentos hidroelétricos e das populações ribeirinhas. Outro exemplo é a territorialização de empreendimentos mineroquímicos e populações tradicionais, como ocorre no município de Catalão com a territorialização das empresas mineradoras e as comunidades camponesas do município. Zhouri e Laschefski (2010), afirmam que a expansão dos agrocombustíveis com o objetivo de substituir, em parte, derivados do petróleo, geram conflitos entre grupos hegemônicos da sociedade urbano-industrial-capitalista e grupos tradicionais, que não são ou encontram-se apenas parcialmente inseridos nesse modelo de sociedade. Ainda de acordo com os autores, para as populações tradicionais,

[...] a comunidade e o território, com suas características físicas, representam uma unidade que garante a produção e a reprodução dos seus modos de vida – entendidos em suas facetas econômicas, sociais e culturais –, algo que resulta numa forte identidade com o espaço onde se vive. A sociedade urbano-industrial-capitalista, por outro lado, é caracterizada por uma forte divisão do trabalho e pela individualização dos sujeitos sociais que se

relacionam em grande parte através da mediação do mercado. (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 23).

Para as comunidades tradicionais, sejam elas indígenas, quilombolas, seringueiras, geraizeiros, vazanteiros (comunidades ribeirinhas conhecidas pelo forte sentimento de pertencimento para com o rio), o território em que vive é condição para sua existência e reprodução, sendo em parte, dependentes dos ritmos de regeneração natural do meio utilizado, o que influencia sobremaneira na forma como essas comunidades concebem esse território. Já o território ocupado pela sociedade urbano-industrial-capitalista apesar de nele também serem desenvolvidas identidades econômicas e socioculturais, não há uma proximidade no âmbito da experiência vivida no cotidiano com este território. Isto se deve em parte pela forma de uso desse território, no distanciamento físico para com o mesmo, o qual tem sentido a partir de seu valor de troca e não pelo seu valor de uso (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010). Neste aspecto tem-se os territórios destinados a produção de monoculturas, como a soja, o eucalipto, a cana-de-açúcar, e ainda as áreas de extração mineral e de produção de energia como as hidrelétricas.

Os conflitos ambientais territoriais ocorrem pelas diferentes formas de apropriação do meio, que colocam em conflito racionalidades distintas e processos de apropriação do território em confronto (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010; ROUTHMAN, 2010). Quando o sistema de apropriação do espaço, urbano-industrial-capitalista, com seus efeitos socioambientais, colide com o território ocupado por outras populações gera-se o conflito.

Nessa mesma direção, Agra Filho (2010) defende que a problemática ambiental surge da inadequação e insustentabilidade dos modelos de desenvolvimento de cada sociedade. Para o autor a partir das demandas da sociedade em relação a um determinado recurso natural, podem surgir usos conflitantes do meio, os quais podem ser gerados também pelas alterações das condições ambientais e ainda quando uma atividade econômica ameaça áreas consideradas como importantes por seus atributos ecológicos ou ecossistêmicos.

Acsehrad (2005), ao fazer uma reflexão sobre o meio ambiente a partir da construção de hidroelétricas, destaca que é importante considerar os conflitos. Para o autor,

ao contrário do que sugere o senso comum, o ambiente não é composto de puros objetos materiais ameaçados de esgotamento. Ele é atravessado por sentidos sociais e culturais e interesses diferenciados [...]. A água dos rios pode ter distintos usos: pode ser meio de subsistência de pescadores ribeirinhos ou instrumento da produção de energia barata para firmas

eletrointensivas. Trata-se de um espaço comum de recursos, sim, só que exposto a distintos projetos, interesses, formas de apropriação e uso material e simbólico. (ACSELRAD, 2005, p. 5).

O meio ambiente é atravessado por conflitos sociais, por interesses e sentidos diferentes, não é, portanto uma realidade objetiva e externa a dinâmica social e política da sociedade. Assim, tomando como base a conceituação de meio ambiente a partir da análise de Acsehrad (2005), Zhouri, Laschefski (2010) e Agra Filho (2010) é possível pensar a expansão da mineração no município de Catalão (GO), como um tipo de ameaça a ocupação histórica das famílias camponesas no espaço, através de suas formas de apropriação, uso material e simbólico deste.

Nas últimas décadas os recursos naturais têm sido vistos com uma capacidade infinita de ganho e possível geração de lucro, o que tem acarretado em condições de desequilíbrio para o meio ambiente. Essa dinâmica espacial da degradação ambiental é regida pela lógica da rentabilidade onde domina a acumulação de riquezas em detrimento da natureza e de populações locais. Com a intensificação do processo de industrialização e expansão do modo de produção capitalista, houve uma consequente “necessidade” de ampliar a apropriação do meio natural para suprir a demanda mundial por bens considerados essenciais à manutenção da sociedade capitalista.

De acordo com Carneiro (2005), a vida social fica subordinada ao suprimento da mercadoria. A natureza é percebida, como um simples objeto que pode ser administrado de forma que não impeça o “desenvolvimento”, mas que subsidie o seu crescimento. As contradições desse modelo de desenvolvimento, que privilegia determinados grupos e atividades geradoras de maior lucro em detrimento de outras práticas sociais, acarretam em disparidades sociais e ambientais.

Nessa direção Sevá Filho, compreendendo o desenvolvimento como um processo de “[...] acumulação de capital em grande escala, ampliação da economia mercantil, apropriação de terras, rotas e recursos” (SEVÁ FILHO, 2010, p. 115) atenta para a omissão feita no processo de acumulação a cerca da expropriação de quem lá estava ou detinha a posse e que, contribuía positivamente no âmbito empresarial, sem, no entanto, ser um grande grupo empresarial ou financeiro. A expansão da infra-estrutura produtiva pesada se concretiza dentro da lógica da economia global.

Assim, essa expansão da infraestrutura e do capital fixo sempre se faz à custa dos recursos naturais e da renda dos países e das regiões onde são realizadas as instalações novas ou ampliadas. A cada implantação de uma

indústria pesada, energética, mineral, metalúrgica ou petroquímica, decorre que todos os outros projetos e usos possíveis para os mesmos locais são tornados indesejáveis, inviáveis, até impossíveis. Em muitos casos, monumentos naturais, locais espetaculares e sagrados são mutilados ou mesmo aniquilados. (SEVÁ FILHO, 2010, p. 115-116).

O capital em seu processo de expansão, acumulação e crescimento indefinido violenta física e simbolicamente a natureza e a sociedade. A indústria capitalista na busca de suprir todas as “necessidades” de consumo do mundo, explora demasiadamente a natureza sugando-lhe toda a matéria prima que lhe convêm, fazendo muito pouco reaproveitamento do que já foi usado em materiais fabricados e em desuso (SEVÁ FILHO, 2010).

Esta exploração acarreta na densa e interrompida exploração de algumas regiões que passam a funcionar como território de reprodução socioeconômica do capitalismo, como ocorre no Complexo de Catalão I, explorado há mais de três décadas por três mineradoras. Os problemas ambientais, territoriais e sociais são intrínsecos à expansão da indústria pesada capitalista.

Os principais problemas ambientais causados pela territorialização de uma mineradora, de pequeno, médio ou grande porte, guardando as devidas proporções de suas ações relacionadas ao volume, tipo de mineração, e dos rejeitos produzidos, envolve a fase de extração do mineral (fase de lavra) e a fase de tratamento do mineral (beneficiamento).

Os principais efeitos ambientais estão relacionados à alteração da paisagem local e remoção de material do solo, aumento do escoamento superficial e diminuição da infiltração de águas no solo, interferência na movimentação das águas de sub-superfície, rebaixamento do lençol freático, processos erosivos, transporte de partículas e assoreamento de drenagens, aumento de gases e partículas sólidas em suspensão, geração de ruídos e vibrações, supressão de fauna e flora, migração de fauna, desequilíbrios na biota aquática, atropelamento de animais, captação e retenção de águas do escoamento superficial, risco de rompimento e extravasamento de lamas de rejeito, vazamento de sedimentos e assoreamento de drenagem a jusante, monocultura de eucalipto para alimentar os secadores (FARIAS, 2002; MENDONÇA et al., 2005; FALEIRO, LOPES, CARVALHO JÚNIOR, s/d).

A exploração mineral envolve a produção de grandes quantidades de resíduos, sendo que a quantidade destes está relacionada ao tipo de mineral extraído, bem como o tamanho da mina e o tipo de mina subterrânea ou a céu aberto. As minas subterrâneas geram menos resíduos, que as minas a céu aberto, em ambos os casos há o despejo de produtos químicos no meio ambiente que podem gerar contaminação do solo, das águas

superficiais e subterrâneas. Os cursos d'água são utilizados para destinação final de efluentes industriais, podendo vir a prejudicar não só a biodiversidade do rio, com a degradação dos ecossistemas aquáticos, como também a perda da qualidade da água utilizada pelas populações vizinhas a estes.

Os principais resíduos sólidos gerados pela extração do fosfato através da escavação de lavra são o estéril e o rejeito. “O estéril abrange todo produto extraídos das escavações de lavra, que é descartado por não possuir mineralização de fosfato, ou apresentá-la apenas em teores subeconômicos.” (KLEIN, 1996, p. 41). Já os rejeitos

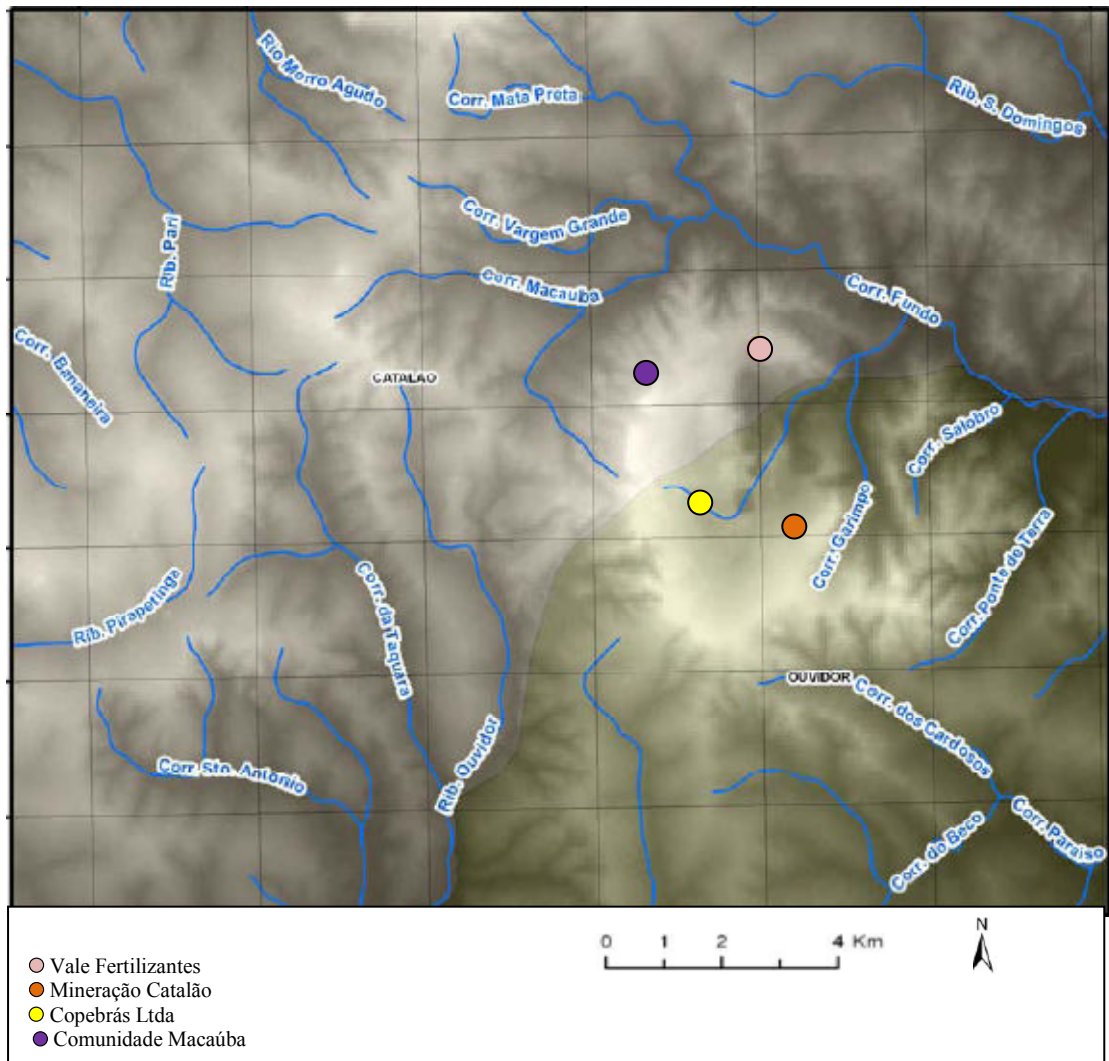
compreendem os componentes minerais associados ao fosfato que são separados do produto final durante os beneficiamento e lançados em barragens de rejeito. Existem dois tipos de rejeitos minerais que são lançados em forma, de polpa para decantação em represas auxiliares e principais. (KLEIN, 1996, p. 42).

Os resíduos podem ser despejados nos recursos hídricos diretamente em forma de lama, como também pelo resíduo sólido, quando através de fortes chuvas ocorre o escoamento destas cargas de sedimento para os corpos de água próximos. No período das chuvas, o material inconsolidado e desnudo da mineração é carregado pelo impacto da chuva superficial e levado para os córregos que circundam a área do complexo de Catalão I, que recebem águas barrentas, carregadas de sólidos em suspensão, causando sérios problemas de erosão e assoreamento nos cursos d'água (KLEIN, 1996).

Os córregos da área circunvizinha ao domo (Mapa 6) são afetados pela escavação das rochas e pelo assoreamento principalmente em períodos chuvosos quando recebem águas barrentas carregando “[...] sólidos em suspensão sedimentáveis resultantes do impacto superficial no material inconsolidado das escavações e seu entorno.” (KLEIN, 1996, p. 44). Além da poluição por lama pode haver também a poluição química, que é menos comum e ocorre a partir de efluentes dissolvidos na água usada no tratamento do minério ou na água que passa pela área da mineração (MENDONÇA et al., 2005). Esse agente poluente da água pode ter origem nos reagentes usados no tratamento do minério ou ainda pela própria rocha.

Os reagentes são quase sempre usados em pequenas quantidades e quando os corpos de água receptores dos rejeitos são volumosos, não chegam a configurar um problema ambiental sério. Entretanto, é preciso manter sempre o monitoramento dos efluentes e um tratamento, quando necessário. (MENDONÇA et al., 2005, p. 194).

Mapa 6 - Rede hidrográfica no entorno do complexo de Catalão 1



Fonte: Faleiro, Lopes, Carvalho Júnior, s/d
Org. adp.: FERREIRA, A. P. da S. de O., 2012.

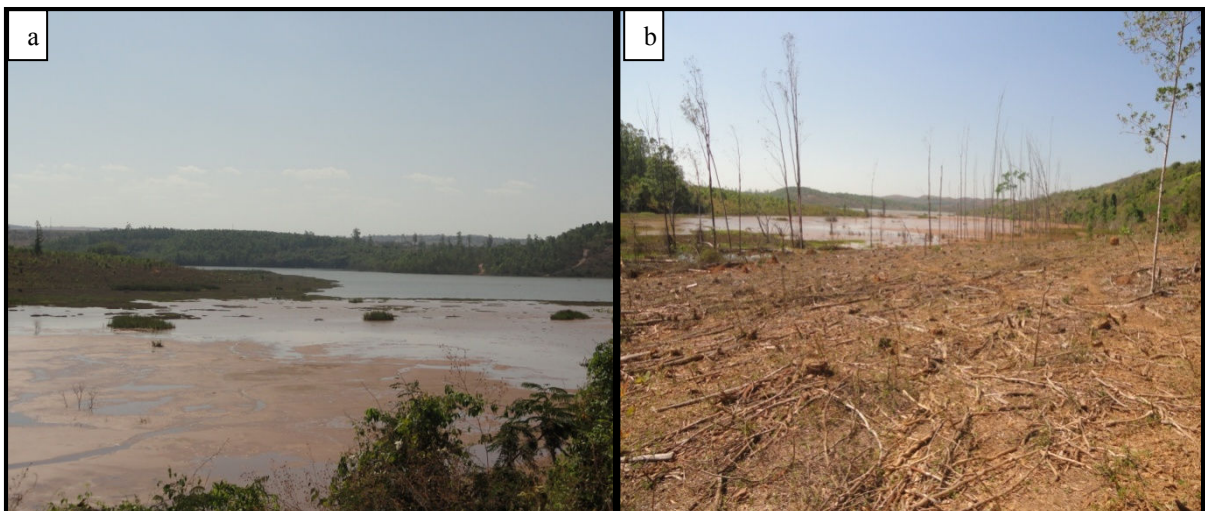
Na Comunidade Macaúba encontram-se dois tipos de rejeitos, um na forma de resíduos de lama despejados na barragem de contenção feita pela mineradora que possui cerca de 4 milhões de m³. A barragem objetiva conter e sedimentar a lama. O outro tipo de resíduo é sólido e é descartado pela mineração COPEBRÁS, refere-se às pilhas de estéril (material que não é minério e deve ser retirado para permitir a exploração do minério). Para Klein (1996),

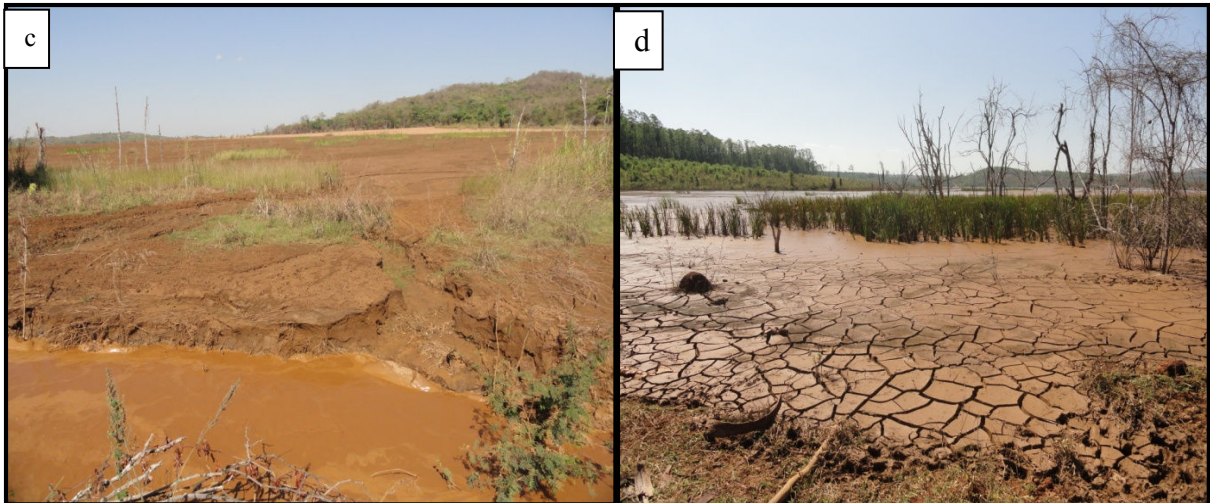
as barragens de rejeito representam o dano ambiental mais significativo provocado pelas minerações. As lagoas formadas apresentam trechos assoreados com material silico-argiloso e magnetita provenientes da

decantação do material proveniente do beneficiamento dos minérios em questão. Porém a jusante ocorre uma recuperação aceitável, tornando água mais límpida. (KLEIN, 1996, p. 44).

No que concerne à represa de resíduos formada pela mineradora Vale, esta encontra-se visivelmente poluída, pela lama de resíduos da empresa (Foto 1) o que pode vir a contaminar o lençol freático e mananciais próximos. As barragens de rejeitos feitas pelas mineradoras representam um dos maiores danos provocados pela exploração mineral. De acordo com Mendonça et al. (2005), as lagoas formadas apresentam trechos assoreados com material sílico-argiloso e magnetita, provenientes da decantação do material oriundo do beneficiamento dos minérios em questão.

Foto 1- Comunidade Macaúba – Catalão (GO): represa de dejetos da mineração Vale: a) parte da barragem de rejeito líquido, onde se sobressai em cima da água uma nata de lama; **b)** área das margens da represa de dejetos que foi devastada, sendo retirada toda a vegetação para que caso as águas venham a subir não haja vegetação para ser submersa; **c)** parte do Córrego Fundo por onde passa o rejeito líquido barrento que cai na represa; **d)** área barrenta onde encontra-se em processo de solidificação.





Fonte: Trabalho de campo na Comunidade Macaúba – Catalão (GO), set/2011.
Autora: FERREIRA, A. P. da S. de O., Set/2011.

A construção represa acarretou na destruição de vegetação natural de áreas de Cerrado, e de áreas de produção agrícola, com a desterritorialização de famílias camponesas e a contaminação das águas dos corpos d'água próximos, com lama e outros produtos. Um dos entrevistados ao falar sobre a ação da mineradora Vale e seus efeitos, disse:

Olha pegou na minha terra lá, abriu tudo, esmorondou tudo, rasgou tudo, um poeirão doido, pescado me amola demais e tem uma represa lá que eu mandei fazer exame nela e vou ti contar tudo quanto é contaminação, [...] ali em volta da mineração tá tudo afetado [...]. (Entrevistado 18, agosto de 2011).

Conforme evidenciado no depoimento do Entrevistado 18, as dimensões dos efeitos da ação da mineradora são muitas. A poluição das águas do entorno da área de ação da mineradora é outra realidade que afeta os moradores que fazem uso dessa água. As famílias ainda residentes na Comunidade Macaúba e que moram nas proximidades da represa sofrem com outros impasses provenientes da existência da mesma, como a insegurança diante de sua permanência na Comunidade, conforme pode ser observado na fala de um de nossos entrevistados ao referir-se à sua propriedade:

[...] a terra já é pouca e eles vem subindo com a água ai agente é obrigado a vender, nem é por que quê. A última medida que eles fez chegou aqui no nosso quintal, logo a água vai tomar conta daqui. Ocê queira ou não queira isso aqui futuramente não vai ter jeito, por dois motivo, primeiro, é que ocê fica no meio de uma bagunça que vai ficando isso aqui [...], gente demais querendo pescar, passear, [...], inseto demais, não vai ter como ocê produzir nada aqui, isso vai virar uma praga, é bicho, é tudo quanto é trem, [...]. Que nem eu aqui, [...], se permanecer do jeito que tá, tudo bem dá pra continuar, mas o problema é que eles já fizeram outra marcação ali, eles já subiram

uns 50 metro, então vai pegar mais uns dois hectare traveiz, então vai só diminuindo as minhas terras. E outra coisa [...] se a divisa da água tá aqui, ela mata uns 40 metros de pasto pra cima, tá lá pra quem quer ver, se ela chegar onde eles fizeram essa nova marcação não vai sobrar quase nada pra mim, não vai ter jeito vo te que vende. (Entrevistado 19, agosto de 2011).

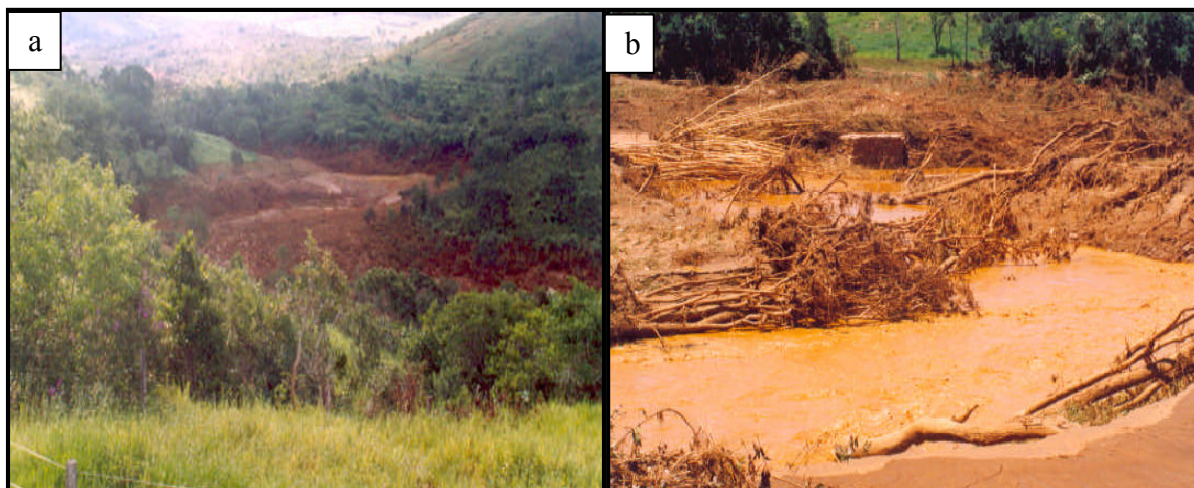
Percebe-se que a grande circulação de pescadores em direção à represa incomoda as famílias da Comunidade Macaúba. As famílias ficam apreensivas quanto à sua segurança e de suas famílias, além do barulho, da movimentação nas estradas e também [...] *esses pescadores fazem uma amolança só, e largam trenheira na beira da represa* (Entrevistado 19, agosto de 2011).

Outro problema destacado pelas famílias refere-se à destruição do habitat de animais silvestres que acabam sendo empurrados para as proximidades das propriedades de moradores da Comunidade, que sofrem com a ação desses animais, como o aumento dos insetos que interfere no cultivo de alimentos e outros. Nas palavras de uma entrevistada a represa construída pela mineradora,

[...] acaba com as água tudo, com os mato berando do córrego. Igual agora mesmo as capivara tá comendo minhas bananeira tudo, um pinzeiro de bicho. E também vira um monte de pescador que passa e panha os trem da gente tudo, tudo quanto é fragelo aparece. E aqui pro cê vê tem fruta que já não dá mais, deve ser alguma coisa aí, que não deixa dá, até os peixe mesmo, essas água não é lá essas coisa, teve uma época que tinha até um bichinho dentro deles, parecia um caramuginho, eu pegava e jogava fora, agora melhorou. E pro cê vê a produtividade maior da gente é embaixo né, e aí a água do córrego vem subindo e pegando essas áreas. Essas terra é muito boa, igual o zezim nasceu e criou aqui e eu também praticamente, e aí depois agente ter que sair, agente não agüenta né. (Entrevistado 15, agosto, 2011).

As margens dos cursos d'água, as referidas baixadas citadas pelos moradores da Comunidade Macaúba são os lugares mais férteis das propriedades e são os lugares que vem sendo invadido pela água, o que traz prejuízos econômicos para as famílias camponesas dependentes dessas terras para produzir. Um dos maiores riscos que correm essas famílias é um possível rompimento da lagoa de rejeito da empresa que, caso ocorra, pode causar danos graves para o meio ambiente e para a população vizinha a essas áreas. Os prejuízos podem ser econômicos, bem como relacionados à saúde das famílias. Um exemplo, desta ameaça efetiva, foi o rompimento de uma das lagoas de rejeito da então empresa Fosfértil S. A., hoje (2012) Vale Fertilizantes, no ano de 2004, o qual causou sérios danos à fauna e à flora do entorno (Foto 2).

Foto 2- Fosfértil SA: efeitos do rompimento da barragem de rejeito (magnetita): a) área devastada pela força da água proveniente do rompimento da barragem de rejeito de magnetita; b) situação de um dos córregos circunvizinhos a área de rompimento da barragem.



Fonte: MENDONÇA et al., 2005.
Org. FERREIRA, A. P. da S. de O. Nov./2011.

O rompimento da barragem afetou áreas do município de Catalão e de Ouidor. Os Córregos Fundo, Garimpo, Gouveia foram drasticamente afetados, houve a destruição de matas ciliares, mortandade de espécies da fauna aquática, danos ao solo, além dos prejuízos econômicos causados as famílias vizinhas a área atingida.

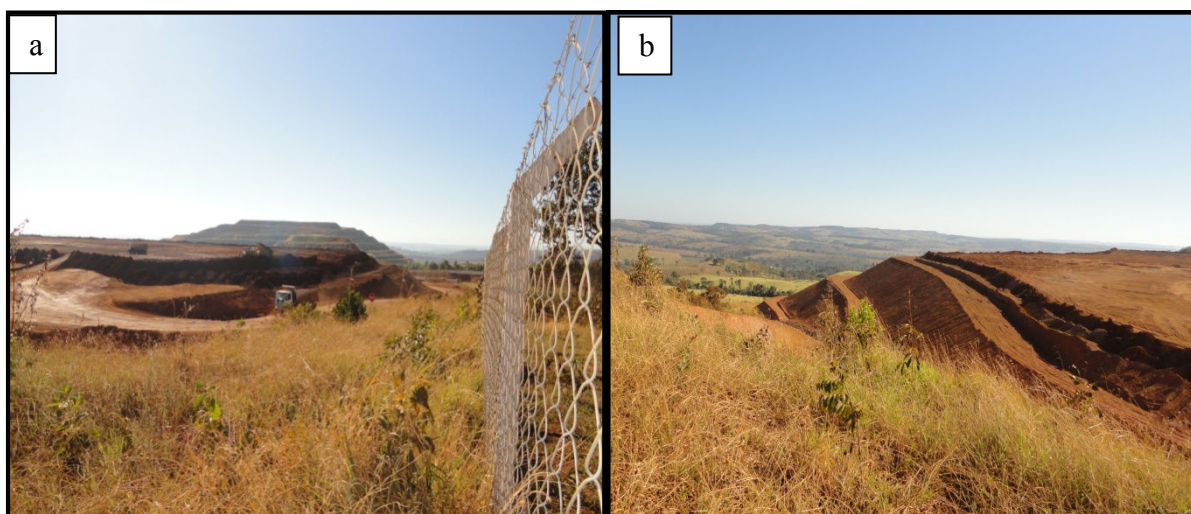
A pilha de rejeito de estéril, por sua vez, depositada pela mineração COPEBRÁS em área antes pertencente à Comunidade Macaúba, encontra-se em uso. Esta pilha de dejetos começou a ser formada em agosto de 2009.

Os efeitos dessa pilha de estéril expostos ao ambiente na Comunidade refere-se ao “aumento de material em suspensão na atmosfera em decorrência da poeira fugitiva.” (MENDONÇA et al., 2002, p. 223). A poeira formada atinge os pastos dos proprietários da Comunidade Macaúba, confrontantes com a mineração, deixando os pastos em críticas condições chegando a inviabilizar seu uso. Conforme o relato de uma senhora: *o ano passado nós perdemos o pasto, tivemos que tirar o gado do pasto, porque não tinha jeito de deixar, a poeira tomou conta de tudo* (Entrevistado 16, setembro de 2011).

Nessa mesma direção um Senhor referindo-se as mineradoras disse que: *[...] para os confrontante é ruim, a poeira acaba com os pastos da gente* (Entrevistado 20, setembro de 2011). Em dias de ventania a área da Comunidade próxima ao depósito de estéril (Foto 3) é tomada de uma densa poeira. Diante desse problema, a empresa COPEBRÁS comprou algumas das propriedades que estavam tendo prejuízos em função da ação das

mineradoras na área e indenizou outros proprietários de áreas do entorno do depósito. O valor da indenização foi estipulado com base em uma avaliação do prejuízo sofrido pelos proprietários.

Foto 3 - Comunidade Macaúba – Catalão (GO): depósito de rejeito estéril da mineração COPEBRÁS: a) na área de depósito de estéril encontram-se os caminhões circulando na área para depositar o estéril; b) perfil das camadas de estéril já formadas no depósito e tão fundo a área da Comunidade Macaúba



Fonte: Trabalho de campo na Comunidade Macaúba – Catalão (GO), julho/2011.
Autora: FERREIRA, A. P. da S. de O., julho/2011.

Outra forma de efeito referente a este estéril diz respeito à possibilidade que, diante das chuvas sedimentos, venham a atingir através do escoamento, os cursos d'água próximos a área. Com o intuito de prevenir esse possível dano referente à escoação de estéril para os córregos da região, segundo informação fornecida por representante da empresa COPEBRÁS (Entrevista realizada em janeiro de 2012), foi feito o restabelecimento de cobertura vegetal, grama, em toda a área do depósito, para que assim a vegetação evite a suspensão de poeira e o escoamento de terra.

O impacto visual é outro efeito desta pilha de estéril, ocorrido pela descaracterização do relevo. Uma área antes ocupada por uma agricultura camponesa agora abriga camadas de terra que tomam dimensões superiores ao ponto mais alto da Comunidade, o que faz com que este local seja visto por toda a Comunidade sem a necessidade de se deslocar até a área de depósito do estéril.

Os efeitos das minerações sobre o solo referem-se não só ao estéril como ao próprio processo de escavação onde,

a abertura de cavas para a lavras minerai implicam em escavações com a retirada parcial e até total do solo (horizonte A, B, e C), provocando a abertura de um grande anfiteatro, aproveitando o entalhe original da drenagem. Os desníveis das partes mais elevadas com o piso das futuras cavas irão atingir valores superiores a 150 metros, sem condições de reposição das características originais, ocorrendo modificações morfológicas, físicas, químicas e biológicas de perfil do solo. (KLEIN, 1996, p. 44).

As cavas podem provocar aumento dos processos erosivos, e a perda de das condições que propiciam a reprodução da fauna e da flora. Os efeitos das mineradoras refletem em todo o meio ambiente da área.

Ao discutirem os efeitos das mineradoras no município de Catalão, Mendonça et al. (2005), afirmaram que

o lançamento de gases, fuligens e material particulado pelos secadores dos terminais das mineradoras, localizados na porção Leste da cidade, tem sido intenso e perceptível ao olfato (odor de enxofre) e a visão de nebulosidade cinzenta e escura nas partes altas da cidade, para onde fluem os ventos fracos de inverno, mesmo que estas áreas estejam distantes entre cinco e dez quilômetros da fonte poluidora. (MENDONÇA et al., 2005, p. 177).

Os efeitos da ação das mineradoras afeta não só as comunidades rurais circunvizinhas das áreas de exploração mineral, como também a população que reside nos bairros mais próximos da área industrial das mineradoras. Conforme explicitado no presente capítulo, são muitos os efeitos de um empreendimento mineroquímico sob o ambiente e a população direta ou diretamente afetada por suas ações.

Diante dessas considerações apresentamos na seção seguinte a Comunidade Macaúba, mostrando sua essência, as formas de organização econômica, política e cultural dessa Comunidade afetada pela ação das mineradoras. Apresentamos ainda a formação dessa Comunidade, os hábitos, os costumes e suas práticas culturais.

5 TERRITÓRIO CAMPONÊS: persistência e resistência da Comunidade Macaúba frente à atividade mineradora

5.1 O enlace camponês: terra, família e trabalho

O processo de territorialização do capital no campo, através da expansão da agricultura moderna, dos grandes projetos mineroquímicos e hidroelétricos, tem dificultado a permanência dos camponeses na terra, mas isso não lhes impede de criar estratégias para continuar sua permanência. Dentre as estratégias destacam-se “a produção para o auto-consumo, autonomia e controle no processo produtivo, a solidariedade, relações de vizinhança, os vínculos locais [...]” (FABRINI, 2007, p. 9). Acrescente-se ainda a essas formas de resistência dos camponeses, o trabalho que

é um ato de *(Re)Existência*, contra o capitalismo que separa o produtor dos meios de produção, que precariza o trabalho, que transforma *terra de trabalho* em *terra de negócio*. Nesse sentido, afirmar e reafirmar o trabalho do camponês é seguir de modo diferente ao que o capitalismo impõe, é a forma de valorizar o trabalho familiar como elemento principal das relações sociais de produção. (OLIVEIRA; MENDONÇA, 2006, p. 5, grifos dos autores).

O trabalho camponês é fonte de vida, é ele que permite ao homem produzir seu próprio alimento. E o capital, por vezes, usa do trabalho camponês, uma relação não-capitalista para se reproduzir e ao fazê-lo abre possibilidades para a criação e recriação do trabalho camponês necessário ao desenvolvimento do capitalismo (OLIVEIRA, 1991, p.26). Assim,

É preciso entender a resistência do camponês à expropriação, ao capital, num universo de *dentro* do modo capitalista de produção, e não se expressa num universo particular e isolado. Enfim, é preciso entender o camponês enquanto classe [...]. (OLIVEIRA, 1991, p. 49, grifo do autor).

A compreensão do camponês como uma classe perpassa pela ideia de que eles podem ser ao mesmo tempo, proprietários de terra e trabalhadores. “Nesta classe, os instrumentos de trabalho, dentre eles a terra, não se encontram dissociados da força de trabalho.” (ALMEIDA, 2007, p. 356).

Os elementos que caracterizam a produção camponesa devem ser agrupados em dois conjuntos, um primeiro ligado à força de trabalho e um segundo aos meios de

produção. A força de trabalho familiar é um dos principais elementos na produção camponesa. Ele é essencial na agricultura camponesa, e sua falta dificulta ou até mesmo inviabiliza a produção.

Ao discutir a falta de mão de obra no campo, Oliveira (1991) mostra que a escassez é uma das consequências do processo de modernização agrícola pelo qual o campo tem passado, diante da ausência de trabalhadores temporários, o trabalho familiar ganha mais importância na agricultura camponesa. Perante as dificuldades para suprir a falta de mão de obra remunerada o camponês cria estratégias para reverter este problema, dentre elas estão os atos de ajuda mútua como o mutirão e/ou a demão, os quais são ainda uma forma de sociabilidade.

Ao discutir sobre o campesinato, Woortmann (1990) compreende o trabalho familiar predominando sobre o assalariado. De acordo com o autor, no campesinato, o trabalho assalariado é visto, muitas vezes, como uma negação à família. Entretanto, é usado nas unidades camponesas temporariamente (plantio e colheita) como recurso para a sobrevivência, sendo nesse caso o seu uso aceito.

O pai de família contrata assalariados durante o pico do ciclo agrícola, pois é o volume de trabalho realizado neste momento que irá determinar o trabalho realizado durante todo o ciclo. Por isso, os trabalhadores temporários irão viabilizar a atividade dos membros da família e não a ela se opor. (WOORTMANN, 1990, p. 26).

Essa contratação de assalariados pode significar em algum momento para a família camponesa uma condição para manter a produção, isso ocorre pelo fato da família não conseguir realizar todo o trabalho tempo certo. Mesmo havendo o predomínio do trabalho familiar, a dificuldade para realização de todas as tarefas pode em algum momento da produção impelir as famílias a fazerem uso de mão de obra temporária ou mesmo permanentes para que assim as atividades possam ser realizadas.

Outro elemento da produção camponesa é a *propriedade da terra*. Aqui estamos diante da *propriedade familiar*, privada é verdade, porém diversa da propriedade capitalista, pois a *propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho alheio*. Estamos diante da *propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador*. É pois, *terra de trabalho*. É portanto, *propriedade do trabalhador, não é fundamentalmente instrumento de exploração*. (OLIVEIRA, 1991, p. 60 e 61, grifos do autor).

A terra para estas famílias camponesas não é um mero instrumento de trabalho “é, antes de tudo, o espaço de reprodução da família. É aí que a família tem autonomia no processo de trabalho. Pode controlar o seu espaço e o seu tempo.” (PESSOA, 1999, p. 221).

A terra é assim condição para realização da vida, é o espaço de sua produção e reprodução que não é regulada pelo lucro imediato. “Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família.” (WOORTMANN, 1990, p. 23).

A terra é pensada em função da família e do trabalho, em contraposição ao capitalismo que individualiza estes elementos para obtenção de lucros, conforme as necessidades do mercado. Conforme Pereira (2004), para os camponeses

[...] a preparação do solo para plantio leva em consideração uma série de cálculos, entre eles, a adequação das plantas ao tipo de solo e não o contrário, como ocorre na agricultura moderna, de produção para o mercado [...]. Por isso, a *terra*, para os camponeses, significa *patrimônio da família*, local de “realização do sujeito trabalhador”, em contraposição a propriedade mercantil, ou seja, a relação do camponês com a terra é uma relação de reciprocidade. (PEREIRA, 2004, p.221, grifos do autor).

Os sentidos da terra são diferentes, a terra para o camponês significa existência, vida, é onde o seu trabalho gera frutos, por isso há na relação camponês – terra, uma relação de reciprocidade, de troca, o camponês respeita as condições da terra percebendo suas potencialidades e delas tirando suas necessidades. Outro elemento componente da produção camponesa é a jornada de trabalho, que

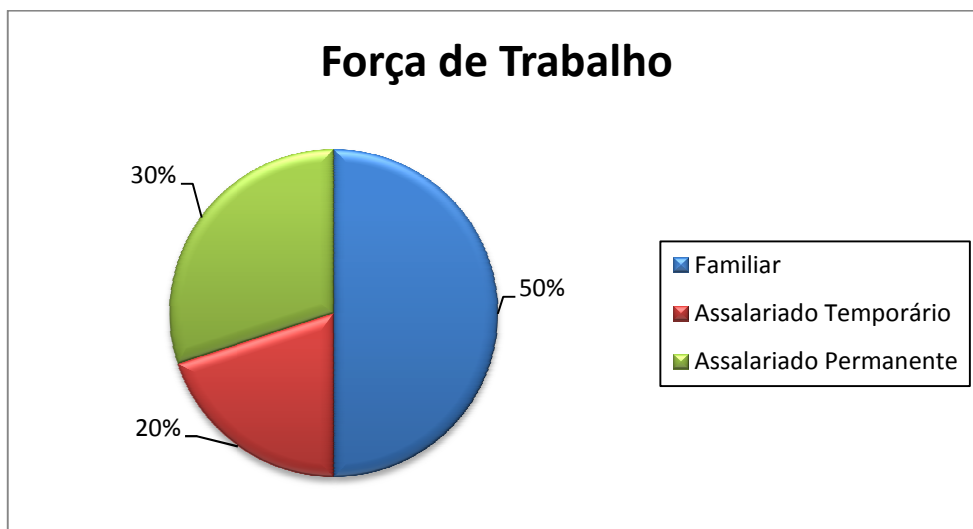
[...] varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados. Assim, combinam-se períodos chamados de ociosos, quando o camponês está livre para assalariar-se através de trabalho acessório, com períodos de intenso trabalho quando, nem o nascer e o pôr-do-sol, às vezes, são os limites naturais da jornada de trabalho. [...] essa aparente irregularidade da jornada de trabalho dos camponeses é que abre espaço para o desenvolvimento de uma série de tarefas artesanais domésticas, que eles realizam nos períodos de pouco trabalho agrícola. (OLIVEIRA, 1991, p. 64).

A agricultura camponesa se caracteriza por essa diversidade de elementos e estratégias de sobrevivência e reprodução no seio da sociedade capitalista. Essas famílias camponesas possuem valores e culturas diferenciadas e aspiram ao controle contínuo de seu ambiente com o objetivo de resistir aos perigos que ameaçam a integridade e a manutenção de

seus modos de vida, de sua existência.

Na Comunidade Macaúba, há predominância do trabalho familiar sobre o trabalho assalariado conforme pode ser observado no gráfico 2.

Gráfico 2 - Dados sobre a força de trabalho na Comunidade Macaúba – Catalão (GO) – 2011



Fonte: Trabalho de campo na Comunidade Macaúba/ Catalão (GO), 2011.
Org: FERREIRA, A. P. da S. de O., 2011.

Conforme dados obtidos em pesquisa de campo, 70% dos trabalhadores temporários que atuam na Comunidade Macaúba são moradores da mesma, proprietários e não proprietários (que residem em casa cedida) ou ainda trabalhadores assalariados permanentes que diante de uma 'folga' trabalham para seus vizinhos. No entanto, a forma mais comum para suprir as necessidades de trabalho temporário na Comunidade ocorre através da troca de dias pelos camponeses. A troca de dia de trabalho

[...] se dá quando um vizinho é requisitado para auxiliar outro, e fica seu devedor de uma parcela de tempo igual à que recebeu, podendo-a requerer quando julgar conveniente, pois o cômputo de semelhante serviço se faz rigorosamente, como se fosse dívida monetária. [...], Durante todo o ano agrícola há relações desta natureza, ligando as várias casas e indivíduos num amplo sistema de solidariedade. (CANDIDO, 1979, p.127).

Devido às dificuldades de encontrar pessoas que queiram trabalhar temporariamente em diversos serviços, especialmente para colheita e plantio de lavouras, os

camponeses da Comunidade se organizam de forma a trabalhar uns para os outros, trocando dias de serviço, de acordo com a necessidade de cada um.

Outra forma de ajuda que ocorre entre os camponeses da Comunidade Macaúba diz respeito a ajudar alguém em troca de algum produto. Neste aspecto pode-se “[...] incluir a *pamonhada*, ou reunião de vizinhas, geralmente espontânea, para ajudar uma delas a preparar pamonhas de milho verde, sendo retribuídas por uma distribuição destas.” (CANDIDO, 1979, p. 127). Além da *pamonhada* é comum na Comunidade, quando há o abate de animais como porcos ou vacas, se distribuir uma pequena quantidade de carne para os vizinhos próximos, assim como doces, verduras, frutas e legumes. Essas trocas de alimentos entre os vizinhos é uma forma de solidariedade e partilha comum entre os camponeses da Comunidade.

Pessoa (1999), ao fazer um estudo em assentamentos rurais de sem terras, apresenta uma distribuição do trabalho dentro da unidade familiar que se assemelha a que ocorre na Comunidade Macaúba. Para o autor, alguns trabalhos são feitos exclusivamente por adultos, e dentre estes há trabalhos exclusivos dos homens e há trabalhos exclusivos da mulher, havendo ainda atividades que podem ser realizadas tanto pelos adultos como pelas crianças.

No que concerne aos trabalhos feitos, predominantemente, pelos homens, estes estão ligados ao manuseio de ferramentas agrícolas, os chamados trabalhos pesados, ao zelo de animais bovinos, enquanto que as mulheres têm um domínio exclusivo no trabalho que se refere a lavar roupas, cozinhar, passar, cuidar de crianças, do quintal e da criação de animais domésticos, e demais atividades relacionadas à casa. Essa divisão não é de toda rígida podendo facilmente encontrar mulheres ajudando seus esposos a plantar ou colher algum alimento.

Na Comunidade Macaúba encontramos mulheres que, além de exercerem atividades domésticas, ainda ajudam seus esposos a tirar leite e quando necessário ajudam também em demais atividades externas a área da casa. No entanto, muito raramente encontram-se homens que se disponham a fazer os serviços domésticos.

Os serviços mais comuns direcionados às mulheres na Comunidade Macaúba referem-se a cuidar da organização e higienização da casa, das roupas, da alimentação de toda a família, da torração de café para consumo, da alimentação de animais (cachorros, galinhas e porcos) e das hortaliças. Quando necessário também ajudam seus esposos nos trabalhos por eles realizados externamente à área da casa.

Aos homens cabe cuidar dos animais bovinos, de sua alimentação, de tirar o leite, plantar, cultivar e colher as plantações das roças (como milho, feijão, mandioca, café, amendoim, cana-de-açúcar, banana fazer ou arrumar cercas, bater o pasto, limpar o rego d'água.

Há também os trabalhos que são feitos tanto por adultos, homens ou mulheres, e pelas crianças, que são os trabalhos relacionados a serviços considerados como mais leves, como o:

[...] trato dos animais domésticos, limpeza de quintal e fabrico de derivados da mandioca. Este último requer um esforço conjunto de todo o grupo doméstico [...]. A farinha de mandioca e polvilho são importantes acessórios na culinária rústica goiana [...]. Entre os agricultores goianos, mesmo se há uma “sobra da despesa” para a comercialização, a transformação da mandioca é feita dentro da própria casa, com mais freqüência em uma varanda. (PESSOA, 1999, p. 217).

Para a realização destes serviços toda a família participa em uma ação conjunta. Na Comunidade Macaúba a produção de farinha de mandioca, e polvilho é uma prática comum entre os camponeses, sendo em alguns casos feito apenas para consumo da família e outros também para comercialização nas feiras livres. A feira é uma das atividades em que toda a família se envolve, mas quem coordena é a mulher.

¹⁴
O açafão é outro item muito consumido e produzido na Comunidade Macaúba e que envolve o trabalho de toda a família. Geralmente são os homens que arrancam o açafão, as crianças ajudam a despencar, fazendo uma separação do mesmo, e às mulheres cabe todo o restante da produção. Assim como a farinha e o polvilho, o açafão é feito para consumo da família e, por vezes, para ser comercializado nas feiras livres ou em mercearias e restaurantes do município de Catalão.

No que se refere à participação de crianças na produção, Pessoa (1999), considera que as crianças assumem um caráter polivalente, uma vez que, no tempo que sobra das atividades da escola, elas podem tanto vir a atuar na roça com o pai, quanto na lida da casa com a mãe, chegando, às vezes, a se tornarem responsáveis pelo trato de animais domésticos, podendo vir a assumir atribuições de adultos. As crianças camponesas iniciam,

14

O açafão também conhecido como gengibre amarelo, açafroa, cúrcuma é uma planta da qual se usa a raiz como tempero no preparo de alimentos como aves, risotos, caldos e massas. Fonte: Plantas que curam. Açafão da terra. Disponível em: <http://www.plantasquecuram.com.br/ervas/curcuma.html>. Acesso em: abril de 2012.

ainda cedo com os pais e irmãos mais velhos o aprendizado dos ofícios caipiras do rancho, do terreiro, da roça e da vida (BRANDÃO, 1983).

Por volta dos cinco ou seis anos uma menina começa a ajudar a mãe nas rotinas da casa. Um pouco mais tarde ela lava a roupa, cuida das “criações” e ajuda a mãe e as irmãs mais velhas vão para a roça nos tempos de trabalho mais intenso na lavoura. Cedo também o menino cuida com o pai de assuntos do quintal e leva “pros homens” a comida diária, quando a roça é longe do rancho. Um pouco mais tarde meninos aprendem, no ofício do trabalho, os segredos do lavrar e trabalham com os pais, tios, padrinhos e outros “mais velhos” nos diferentes “serviços” do lavrador. (BRANDÃO, 1983, p. 65).

Esse é um dos aspectos da realidade camponesa. Os filhos iniciam trabalhar com sua pouca idade, no auxílio das tarefas da família, se tornando uma força de trabalho importante e a medida que vão crescendo as tarefas que lhes são direcionadas vão aumentando.

Nesse sentido, nas entrevistas realizadas dois senhores fizeram as seguintes observações quando lhes perguntamos sobre os deveres dos filhos:

[...] a obrigação dos filhos é ir pra escolinha e depois trabalhar com os pais né. Eu não tem tanto de ano não, comecei a andar meu pai já me colocou na enchada, três anos, quatro anos, e eu já trabalhava, eu com 12 anos pegava qualquer homem na rua de café, já fazia de tudo trabalhava igual um homem adulto. (Entrevistado 18, agosto de 2011).

[...] os filho garrava no serviço com o pai, eu comecei a trabaia com uns oito, nove anos, se desse conta de puxa cavalo já ia. Naquele tempo o feijão era plantado na roça, cövado de enchada, eu era menino pequeno e o pai me ensinava a planta feijão [...]. (Entrevistado 24, setembro de 2011).

A rotina das famílias da Comunidade Macaúba se assemelha em várias facetas. Em média, os camponeses iniciam o dia no trabalho por volta das 05h00min da manhã, podendo este horário ser antecipado ou atrasado. O primeiro trabalho do dia para muitos é tirar o leite das vacas, atividade econômica predominante entre as famílias da Comunidade, para outros é tratar dos animais.

Os filhos auxiliam seus pais nas tarefas em período diferente do que vão à escola. As mulheres preparam o desjejum para a família e logo já iniciam a série de trabalhos que lhes ocupará todo o dia. Os homens, após o término do processo de tirar leite ou alimentação dos animais, já se colocam a fazer as demais atividades externas à área da casa.

A família trabalha até o por do sol, indo logo em seguida se organizar para dormir. Dormem por volta da 20h00min horas.

As pesquisas de campo realizadas no ano de 2011 a janeiro de 2012 mostraram que nesta data, a Comunidade Macaúba contava com 80 pessoas residentes, na tabela 2, está discriminado o perfil destes moradores por sexo e idade.

Tabela 2 – Perfil dos moradores da Comunidade Macaúba – 2011

Idade	Homens	Mulheres	Total
0 a 15	10	9	19
16 a 30	0	1	1
31 a 45	6	9	15
46 a 60	15	11	24
61 a 75	12	3	15
76 acima	2	2	4
Total	45	36	80

Fonte: Trabalho de campo na Comunidade Macaúba, Catalão (GO), 2011.
Org: FERREIRA, A. P. da S. de O. 2011.

A Comunidade Macaúba conta um número maior de homens com idade entre 46 a 75 anos. Essa diferença ocorre em função da vinda de trabalhadores da zona urbana para a Comunidade. Alguns deixam suas famílias em Catalão pra trabalhar na lida da terra e durante os fins de semanas ou recebem a visita de seus familiares ou fazem uma visita a estes, outros não possuem família (esposa e filhos). Na faixa etária entre 16 a 30 anos observa-se a presença de apenas uma mulher, e de nenhum homem, isto ocorre em função da saída dos jovens da Comunidade na busca de estudo (universidade, cursos técnicos) e emprego (especialmente nas indústrias mineradoras, Mitsubishi Motors Corporation, etc.) no município de Catalão. Segundo as famílias entrevistadas, ainda residentes na Comunidade Macaúba, no período de 2000 a 2011, um total de 25 jovens entre 16 a 30 anos deixaram a Comunidade para viver na área urbana de Catalão. Em entrevista com um destes jovens, este explicou o motivo que o levou a deixar a Comunidade:

[...] o meu pai me disse você escolhe, se quer continuar aqui na roça comigo e aí agente planta as roças juntos e tira o leite ou você estuda. Eu gosto de morar na roça, mas não adianta a renda que o meu pai tira da fazenda por mês, ele usa pra se manter nela, o gasto é grande, então o que tira da para

apenas uma família viver bem, as terras são pequenas. Na roça o serviço é pesado, tanto pro homem quanto pra mulher, mas, eu sei que mentalmente é bem menos estressante e é mais saudável [...]. Se você olhar hoje não tem mais jovem aqui na Comunidade, e nenhuma mulher da cidade ia querer vir pra roça morar e trabalhar comigo. Então eu decidi ir pra Catalão estudar e trabalhar. (Entrevistado 26, setembro de 2011).

Essa evasão dos jovens da Comunidade é em parte um reflexo da ausência de políticas públicas que incentivem e subsidiem a permanência no meio rural, não só dos jovens como de todos os camponeses. Na Comunidade Macaúba há 57 propriedades, das quais 37 são de famílias residentes (80 pessoas) e 20 de famílias não residentes (40 pessoas).

Nas propriedades onde há moradores encontram-se proprietários, trabalhadores assalariados (caseiros), arrendatários ou ainda famílias que moram em terras cedidas pelo proprietário para seu uso fruto sem custos para si. Das 20 propriedades sem moradores, 6 são de famílias residentes na área urbana de Catalão, as quais, durante os fins de semana e feriados migram para suas propriedades rurais em busca de descanso e tranquilidade. Essas famílias são de ex-moradores da Comunidade que obtiveram suas terras por herança e que por motivos alheios mudaram para a área urbana de Catalão e que agora retornam para a Comunidade. As nove propriedades restantes são arrendadas para diversos fins, destaque para criação de gado de corte e plantação de tomate.

O tamanho das propriedades da Comunidade Macaúba circunda entre 5 litros (0,3025 ha) que é a menor propriedade e 84 alqueires (406,56 ha) que é a maior propriedade. Mais de 50% das propriedades na Comunidade Macaúba são menores ou iguais a 10 alqueires.

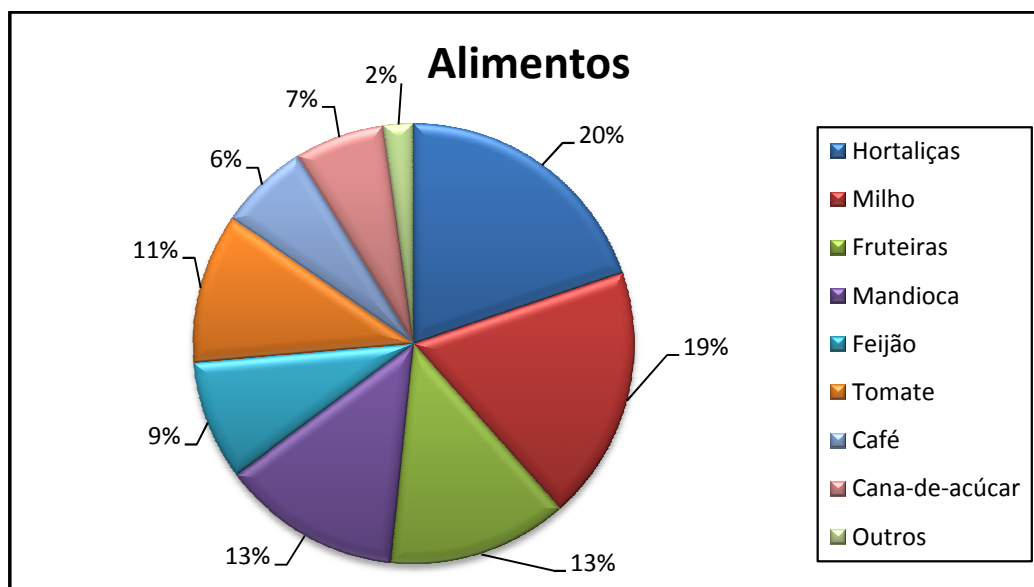
Tabela 3- Tamanho das propriedades da Comunidade Macaúba -2011

Categoria	Modulo fiscal (ha)	Área (ha)	Qtde de imóveis – Comunidade Macaúba - Município Catalão (GO)
Pequena propriedade	40	0 a 160	52
Média propriedade		160 a 600	5
Grande propriedade		mais de 600	0

Fonte: SEPLAN e trabalho de campo na Comunidade Macaúba, 2011.
Org.: FERREIRA, A. P. da S. de O.

A tabela 3 mostra o tamanho das propriedades da Comunidade Macaúba, e conforme pode-se observar há o predomínio de pequenas propriedades, as quais possuem uma produção diversificada de alimentos conforme pode ser observado no gráfico 3.

Gráfico 3 - Comunidade Macaúba – Catalão (GO): produção de alimentos



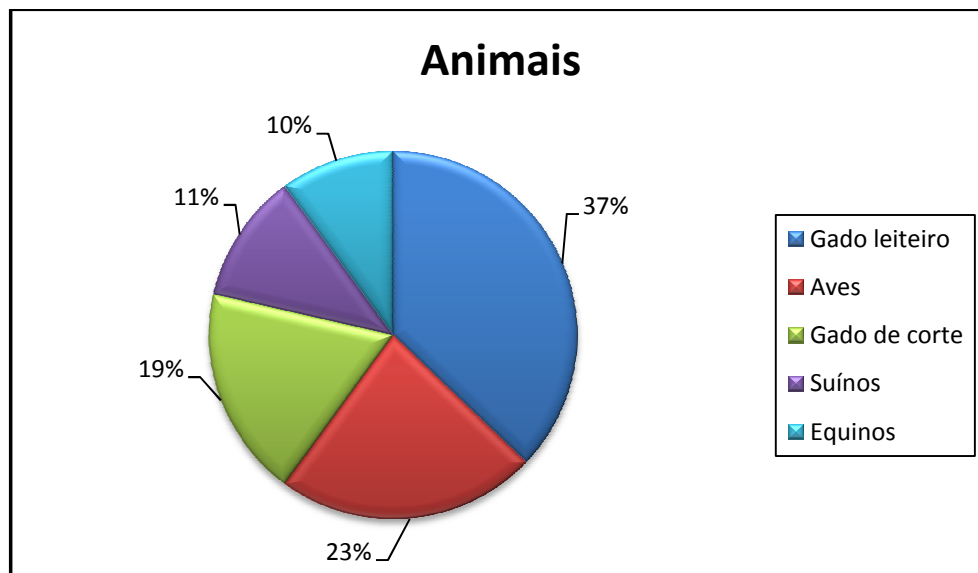
Fonte: Trabalho de Campo na Comunidade Macaúba – Catalão (GO), 2011.
Org: FERREIRA, A. P. da S. de O. 2011.

O destino dos alimentos aqui elencados é variado. A cana-de-açúcar é plantada exclusivamente para ser moída e dada de alimento ao gado na forma de silagem. O milho tem três finalidades, servir de alimento para as famílias, uma parte é comercializada e por fim suas ramas são transformadas em silagem e guardadas nos silos (cana de açúcar moída e armazenada em buracos feitos na terra e cobertos com lona) como alimento dado ao gado no período da seca. A mandioca é comercializada, tanto *in natura*, como transformada em farinha, ou goma. O feijão, o café, as hortaliças (com a produção de alface, cenoura, cebolinha, couve, pepino, beterraba, rabanete) são consumidos pelas famílias e também comercializados. Já as fruteiras com a produção de maracujá, banana, mamão, laranja, mexerica, abacate, cajá, manga, jabuticaba, acerola, goiaba, figo, romã não são comercializadas pelos camponeses da Comunidade Macaúba. Com exceção do maracujá e da banana, estas frutas são produzidas nos quintais das casas e servem de alimento para a família. As lavouras de tomate por sua vez, são produzidas por arrendatários, pessoas que não residem na Comunidade e que produzem com o fim único de comercializar o produto.

Os alimentos citados, com exceção do tomate e do milho, não recebem agrotóxicos em sua produção. No que se refere ao milho, em quatro propriedades são feitas

lavouras sem o uso de agrotóxico, no restante os insumos são usados na produção. A não adoção de agrotóxicos na produção de alguns alimentos é em parte proveniente das exigências da direção do MCP (Movimento Camponês Popular) para que se produza alimentos agroecológicos¹⁵, para assim poderem ser comercializados na Feira Camponesa, da qual participam algumas famílias da Comunidade. Essa opção por não usar agrotóxicos na produção parte dos próprios camponeses, conforme uma de nossas entrevistadas (Entrevistada 23, agosto de 2011): *agente não usa agrotóxico porque faiz mal pra saúde e aqui não precisa a terra é boa, de vez inquando agente joga é um esterco [...]*. Os alimentos, com exceção do tomate, são comercializados em pequenas quantidades nas feiras e em comércios da cidade, uma vez que não são produzidos exclusivamente para este fim, sendo sua prioridade as necessidades alimentares da família. A criação de animais (Gráfico 4) é também uma das formas de sustento das famílias, uma vez que, alguns destes, além de servirem de alimento seus produtos também comercializados, como o leite e os ovos.

Gráfico 4 - Comunidade Macaúba – Catalão (GO): criação de animais



Fonte: Trabalho de campo na Comunidade Macaúba – Catalão (GO), 2011.
Autora: FERREIRA, A. P. da S. de O. 2011.

O leite representa para as famílias camponesas da Comunidade Macaúba, parte significativa de sua renda, sendo que 71% do leite tirado na Comunidade é

¹⁵

Ver FERREIRA, A. P. de M. **O cultivo de sementes crioulas na comunidade rural ribeirão no município de Catalão (GO)**. 60 f., 2007. Trabalho Final de Curso (TFC)- Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão, Catalão, 2007.

comercializado na Cooperativa Agropecuária de Catalão (COACAL), 21%, são transformados em queijos para serem comercializados nas feiras e comércio local e os outros 8% são para consumo da família.

5.2 A Comunidade em ação: a participação no Movimento Camponês Popular (MCP) e na Associação dos Produtores Rurais (APR)

A inserção de moradores da Comunidade Macaúba no Movimento Camponês Popular (MCP) está relacionada à chegada do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no município de Catalão (GO).

O MPA chega ao Sudeste de Goiás, em janeiro de 2005, como perspectiva para a organização camponesa, com propostas organizativas de produção e com a possibilidade de acesso ao crédito através do PRONAF, que até então, era uma forma de crédito público pouco acessado pelos camponeses [...]. Nessas circunstâncias, a organização teve o apoio da Paróquia São Francisco de Assis, no município de Catalão, que cedeu espaço para que os camponeses e técnicos do MPA de outras regiões de Goiás se articulassem com os camponeses de Catalão e região. (GUIMARÃES, 2010, p. 49).

A organização no MPA foi uma das formas encontradas pelos camponeses para resistir e permanecer na terra mesmo com as diversas barreiras impostas pelo capital. No município de Catalão, é notória a presença do grande capital no campo manifesto nas ações do agronegócio, das mineradoras e barragens que refletem diretamente nos camponeses, surtindo a necessidade de uma organização política dos mesmos para fortalecer a luta em defesa da terra.

O MPA luta para criar condições que permitam a permanência do camponês na terra e para tal cria um modelo de agricultura camponesa baseado na agroecologia, buscando uma produção para o mercado interno. O Movimento surgiu da necessidade de resistir à expropriação e, dentre as estratégias de resistência, delimita-se a sua organização coletiva na busca de crédito, no resgate das sementes crioulas, na valorização do saber local, na luta contra a exploração capitalista.

No primeiro semestre de 2008,

[...] mesmo estando consolidado em grupos de base, sendo reconhecido pelas lutas e a participação dos camponeses, o MPA sofre cisão e algumas lideranças no processo do “racha” propõem a criação de outro Movimento

Social. Os dissidentes lhe dão o nome de Movimento Camponês Popular (MCP) [...]. (GUIMARÃES, 2010, p. 54).

A divisão do MPA ocorre em função de discordâncias políticas entre as lideranças do movimento. O MPA passa a defender ações relacionadas à soberania alimentar através da agroecologia articulada à soberania energética, e os integrantes do MCP acreditam que a luta deve ser em torno da soberania alimentar e da produção de alimentos saudáveis, uma vez que a produção de alimentos é o essencial.

Em Catalão, o MPA deixa de existir sendo substituído pelo MCP que, de acordo com Guimarães (2010), surge como um novo movimento com velhas ações, uma vez que, este continua as ações feitas pelo MPA, diferenciando-se do mesmo ao não assumir o projeto dos agrocombustíveis.

Os moradores da Comunidade Macaúba iniciaram sua participação no movimento quando este ainda era MPA, acompanhando a mudança para MCP. A participação dos camponeses da Comunidade no Movimento ocorre através da participação nas ações de protesto, nas ações reivindicatórias, nas ações políticas, nas lutas e atos públicos realizados pelo movimento.

Nas entrevistas realizadas com os moradores da Comunidade Macaúba constatou-se que das 37 famílias residentes, 12 disseram participar do MCP. As famílias que não participam do Movimento alegaram que o envolvimento no MCP demanda muito tempo para participar das ações realizadas e o trabalho na fazenda não permite tal dispêndio de tempo.

Outro impasse posto por algumas famílias para a não participação nas ações do Movimento refere-se às dificuldades de locomoção, uma vez que estas não possuem nenhum tipo de automóvel para se locomoverem de uma Comunidade a outra ou até a área urbana do município para participar de reuniões e atos públicos realizados. Para tanto, dependem de outras pessoas para fazerem tal locomoção.

Outra questão refere-se ao constrangimento de alguns dos camponeses de participarem das ações realizadas pelo Movimento, *agente não participa não por causa [...] deles fica cercando estrada, agente não gosta disso.* (Entrevistado 27, agosto 2011).

No que se refere às famílias que participam do MCP, estas alegaram não participar de todas as ações do Movimento, mas de algumas delas, uma vez que, a participação em todas as ações demandaria muito tempo disponível e demanda ainda custos

para este feito. Percebemos que a motivação para estas famílias participarem do Movimento são os benefícios alcançados pela ação do grupo.

[...] agente consegue uma organização entre a classe dos trabalhadores. Porque pra conseguir hoje qualquer coisa se o cê tiver individual é impossível e vc tendo a mesma idéia no coletivo é possível cê conquistar um lugar na sociedade e diminuir as desigualdades sociais e transformar a sociedade em mais justa mais humana e fraterna. (Entrevistada 25, agosto 2011).

Nesta mesma direção outro camponês da Comunidade ao referir-se ao MCP, e as lutas do grupo disse:

O movimento não é ruim não, porque a força popular tem poder até de mudar uma lei lá no congresso, a constituição, [...] tem uma importância por que nois já foi lá em Brasília e conseguiu coisa que é quase impossível do Ministério da Agricultura, então eu acho isso muito importante. [...] pra você ver nois consegue parar uma prefeitura, uma BR 050 [...]. (Entrevistado 17, agosto 2011).

Esses depoimentos mostram a compreensão que os camponeses possuem do Movimento e de sua importância para além dos benefícios para o indivíduo. Percebe-se uma compreensão de como a força da coletividade é capaz de trazer transformações benéficas para a sociedade.

Dentre os maiores benefícios alcançados através do Movimento, os camponeses da Comunidade Macaúba, destacaram a concessão de crédito como o PRONAF¹⁶, as reformas de casas e a Feira Camponesa.

Ao referir-se à feira, Forman (1979, p.136) diz que “a feira tradicional é um mercado periódico de vendedores itinerantes que se alojam em estruturas não-permanentes, as barracas, e que se reúnem num lugar determinado em um dado momento.” A feira permite um contato direto entre produtor e consumidor, estando livre do atravessador. Assim, ocorre na Feira Camponesa em Catalão todas as quartas feiras, tendo início no período vespertino e finalizando no período noturno. Participam dela famílias camponesas de várias comunidades do município de Catalão. A Feira Camponesa (Foto 4) apresenta-se com a proposta de trazer ao consumidor produtos de qualidade e agroecológicos, que não possuam agrotóxicos em sua produção.

16

PRONAF - Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar, que objetiva financiar projetos individuais ou coletivos que gerem renda aos agricultores.

Foto 4 – Bairro Ipanema, Catalão (GO): Feira Camponesa



Fonte: Trabalho de campo na Feira Camponesa – Catalão (GO), out./2011.
Autora: FERREIRA, A. P. da S. de O. out. 2011.

Na Comunidade Macaúba participam seis famílias na Feira Camponesa. Dentre os produtos que comercializam estão hortaliças, queijo, doce, salgados, polvilho e farinha de mandioca. Nas entrevistas realizadas notamos que toda a família dedica-se à feira, os casais e os filhos participam de todas as etapas que antecedem a feira e durante a mesma, no entanto, é a mulher quem coordena o trabalho e a renda obtida, conforme já destacado.

Os preparativos para a Feira Camponesa duram a semana toda, pois o trabalho no campo exige cuidados diários e programados para se ter os produtos disponibilizados em tempo para que possam ser comercializados na Feira. Essa produção reforça o sentido do campesinato em se (re)produzir em pequenas áreas, com trabalho familiar e o sistema integrado e complexo de policultivos, combinando produção animal e vegetal. (GUIMARÃES, 2010, p. 131).

As feiras são uma das formas de renda das famílias camponesas, uma das estratégias criadas por essas famílias para permanecerem na terra. “A feira é uma oportunidade para os produtores comercializarem, diretamente, seus produtos, aumentando a possibilidade de agregar valores. Vários produtores vêm na feira um meio de complementar sua renda.” (MENDES, 2005, p. 250). Assim como a feira, o empréstimo do PRONAF, a reforma e construção de casas no campo têm contribuído para criar condições que permitam aos camponeses permanecer na terra.

A Comunidade possui ainda uma Associação dos Produtores Rurais, a qual tem um Conselho responsável pela Associação. Participam da associação cerca de 25 famílias, entretanto a ação da mesma na Comunidade encontra-se “adormecida”, não havendo reuniões. Mas, ela ainda é responsável pelo dinheiro em comum da Comunidade, o qual é empregado geralmente em reformas da estrutura dos prédios do Centro Comunitário, da quadra de esportes e de festas realizadas para toda a Comunidade, em eventos esporádicos. Por outro lado a Associação representa a Comunidade perante a Associação dos Trabalhadores Rurais de Catalão e perante as estruturas governamentais, quando do requerimento de algum benefício para a Comunidade.

5.3 A expressão cultural da Comunidade Macaúba: festividades, amizades e lembranças

A cultura ocorre por meio de diferentes relações que cada sociedade estabelece no decorrer da história. A configuração dos códigos culturais não é engessada, ela está em movimento e muda ao receber variações e motivações dos membros do grupo de forma coletiva ou individual.

Para Claval (1999a, p. 62), a diversidade das culturas “está ligada à diversidade dos sistemas de representação e de valores que permitem às pessoas se afirmar, se reconhecer e constituir coletividade.” Sendo assim,

[...] a cultura designa o conjunto de *savoir-faire*, de práticas, de conhecimentos, de atitudes e de ideias que cada indivíduo recebe, interioriza, modifica ou elabora no decorrer de sua existência. De uma geração a outra os conteúdos mudam, uma vez que o meio físico se modifica e é apreendido, explorado, organizado ou examinado com novos meios. (CLAVAL, 1999b, p. 64).

Dessa forma, as mudanças nas esferas sociais, econômicas e políticas inferem em mudanças na cultura. Normas que no passado eram aceitas, no presente são vistas com estranhamento sendo algumas destas substituídas e outras reinventadas. As tradições e os centros de interesse diferem de uma família para outra, sendo que cada indivíduo evolui em uma esfera particular, a qual compreende parentes, vizinhos, amigos. A cultura não é um todo único, global, ela é diversificada e está em constante evolução.

“Na concepção relacional da cultura, o indivíduo não a recebe como um conjunto já pronto: ele a constrói através das redes de contatos nas quais está inserido, e pelas quais recebe informações, códigos e sinais.” (CLAVAL, 1999b, p. 65 - 66). Essa construção

ocorre a partir dos campos de intercomunicação em que cada indivíduo participa em um movimento de recusa e aceitamentos.

Cada indivíduo carrega consigo um sistema cultural e estes passam por um constante processo de mudança. Esse sistema cultural é estruturado em valores que são adquiridos nas experiências que têm, dos ensinamentos que recebe e da sua trajetória de vida. O conjunto de sistemas culturais individuais se integra ao conjunto simbólico da coletividade, do grupo. “Dessa maneira, a cultura não é uma realidade primeira, mas uma construção imaginada para permitir às pessoas se comunicarem, sentirem-se próximas ou diferentes, e constituírem grupos que se sentem unidos” (CLAVAL, 1999a, p. 73). A cultura é constituída de um conjunto de sistemas simbólicos construídos pelos indivíduos e grupos, não é algo condicionado do exterior, mas é interiorizada pelos indivíduos os quais a reelaboram a partir de suas experiências com o ambiente e com os outros.

Nessa perspectiva faz parte da cultura um conjunto de práticas e de crenças religiosas, educativas, alimentares, artísticas e lúdicas que conferem à mesma uma grande diversidade. A cultura não é algo imutável, ao contrário está em constante movimento, assegurando, assim, seu caráter de orientadora.

Diante dessas considerações sobre cultura, compreende-se que a cultura nas comunidades camponesas caracteriza-se por um emaranhado de símbolos, valores, ritos, crenças, modos de vida que se manifestam no cotidiano destas famílias através das festas, das relações de vizinhança, de cooperação mútua, do trabalho e se materializam na comunidade. É em comunidade que as expressões culturais das famílias camponesas se materializam, ganham expressividade.

Na Comunidade Macaúba, em meio aos embates com a atividade mineradora, as expressões culturais, descritas a seguir, ainda estão presentes e resistem ao processo de expansão do capital, num movimento contraditório entre a “terra de trabalho “ e a “terra de negócio”, como bem define Martins (1982).

5.3.1 O futebol e as cavalgadas: formas de interação e diversão

A cavalgada e o futebol são atividades diferenciadas em sua realização, mas com objetivo semelhante, o de trazer diversão para os envolvidos. São duas atividade que fazem parte da cultura dos moradores da Comunidade Macaúba. Ambas contribuem para divertir os participantes e como forma de socialização dos mesmos.

O futebol amador atinge seu auge na Comunidade Macaúba, no período que concerne à década de 1960 a década de 1990, onde o time da Comunidade participou de vários campeonatos de futebol amador rural. Neste período a Comunidade contava com cinco campos de futebol, são eles: Cerradão, Gabiroba, Ipiranga; Campo Grande e Macaúba. Os campos de futebol correspondiam às subdivisões da Comunidade. Atualmente resta apenas o campo de futebol da Macaúba. Os demais acabaram sendo destruídos pelo tempo e pelo desuso, provocado em parte pela redução da população da Comunidade.

Para Silvério (2007), três times de futebol da Comunidade destacaram-se ao longo deste período, sendo eles, o “Ipiranga Futebol Clube”, ganhador do Campeonato rural de futebol do ano de 1971, o time “Campo Grande” campeão do campeonato de 1975 (Foto 5), e o time “Tigrão da Serra” campeão no período de 1985 a 1994. Algo em comum se encontra nestes três times, todos tiveram como técnico o senhor Heleno da Silva Só (já falecido), senhor conhecido na Comunidade Macaúba como uma liderança não só no esporte como em outras áreas.

Foto 5 - Comunidade Macaúba/ Catalão (GO): time do Campo Grande, Campeonato de 1975



Autor: desconhecido. Arquivo pessoal de E. P. S.

As equipes de futebol no referido período eram formadas essencialmente por membros da Comunidade, em geral por famílias que por vezes numerosas criavam seus times. A faixa etária dos jogadores era mista.

Em décadas anteriores [...] as bolas eram de pano; de leite de mangaba, planta do Cerrado. As bolas de cobertão são mais recentes [...]. Quando o jogo, ou melhor, a partida de futebol era em outra região vizinha; os atletas iam a cavalo se o jogo fosse a tarde saíam de manhã dependendo à distância, levavam comida amarrada junto a traia na sela, faziam paradas, só retornavam para casa a noite. No outro dia quando iam trabalhar comentavam o pagode do sábado e o futebol do domingo, a segunda era o dia de colocar o assunto em dia. (SILVÉRIO, 2007, p. 47).

O futebol é uma atividade que está presente no cotidiano da Comunidade há muitas décadas, e vem acompanhando as mudanças que ocorrem na mesma. A bola objeto essencial em um jogo de futebol, evidencia essas mudanças, que acompanham a sociedade como um todo. O futebol é uma prática que sempre mobilizou toda a Comunidade, homens, mulheres e crianças.

Já na primeira década do século XXI o futebol assume uma nova feição e os jogos passam a ser somente de caráter amistoso, sem a participação e realização de campeonatos rurais. Os jogos ocorrem todas as quintas e domingos no campo da Macaúba, e é aberto a todos que queiram participar. A maior parte dos jogadores são membros da Comunidade, mas fazem-se presente, também, moradores de outras comunidades vizinhas e da área urbana de Catalão. Juntos eles montaram um time de futebol conhecido como Associação de Futebol dos Tabajara Reumáticos.

A idade dos jogadores é diversificada, variando da faixa etária de 12 a 70 anos, com predominância de jogadores com idade superior a 40 anos. Durante e após os jogos, jogadores, familiares e amigos ficam próximos ao campo em um ranchinho feito pelos próprios jogadores da Comunidade, fazendo um churrasco, acompanhado de bebidas, e música, é um momento de confraternização.

A cavalgada é outra atividade que ocorre com frequência na Comunidade, mas que não tem uma data fixa para acontecer. Em média são realizadas quatro cavalgadas por ano podendo este número variar. Na cavalgada participam pessoas da Comunidade, de outras Comunidades vizinhas e da área urbana de Catalão, geralmente são pessoas que já moraram na Comunidade ou que possuem algum vínculo com membros da mesma. Os trajetos são variados, às vezes saindo da cidade de Catalão para a Comunidade Macaúba, outras saindo da Comunidade Macaúba para outra fazenda.

A realização de cavalgadas na Comunidade Macaúba é uma prática que durante certo tempo permaneceu adormecida, e que nos últimos oito anos foi reativada pela Comunidade como uma forma de diversão e interação entre seus participantes. Homens,

mulheres e crianças se dispõem a cavalgar pelo prazer do passeio, pelas conversas trocadas, os casos contados e pelos risos compartilhados.

Durante a cavalgada aqueles que por motivos diversos não têm condições de acompanhar a cavalo, vão atrás dos cavaleiros (as), de carro, moto, ou carroça de tração animal, dando-lhes apoio ao fornecer água, bebida e alimentos para os mesmos. Durante o percurso são feitas pequenas paradas, com o intuito de dar uma leve descansada e fazer um lanche quando necessário. Essas paradas, às vezes, ocorrem na fazenda de algum dos moradores da Comunidade e outras à beira de algum córrego em busca de sombra e água para os animais.

As cavalgadas iniciam-se no período matutino e sua duração varia de acordo com a distância a ser percorrida pelos cavaleiros, que cavalgam tranquilamente para não forçar seus animais e terem a oportunidade de apreciar o momento. Para a realização do passeio, os cavaleiros (as), se vestem a caráter, geralmente com chapéus, camisas, calça jeans, cintos, botinas e/ou botas. Sob os arreios postos nos cavalos são colocados coxonilhos muitas das vezes feitos de lã ou retalhos de malhas feitos pelos próprios cavaleiros ou seus parentes, este objeto serve para amaciar o contato do corpo com o arreio, amenizando possíveis lesões.

Ao fim da cavalgada os cavaleiros e acompanhantes são recebidos em uma fazenda onde ocorre um almoço, ou em outras vezes um churrasco acompanhado de bebida, música sertaneja e forró, estes momentos de festança costumam durar até o anoitecer (Foto 6).

Foto 6 - Comunidade Macaúba/ Catalão (GO): cavalgada e momento de confraternização



Fonte: Trabalho de campo na Comunidade Macaúba – Catalão (GO), ago./2011.
Autora: FERREIRA, A. P. S. de O. Ago./2010.

Tanto o futebol como a cavalgada, une as pessoas, põe os papos em dia, e é diversão e ao mesmo tempo é folclore (Entrevistado 17, agosto de 2011). Estas atividades realizadas na Comunidade Macaúba são uma forma de socialização entre os moradores da Comunidade e outros sujeitos, que tem nesses eventos um momento de diversão, prazer, a oportunidade do encontro para prostrar. São expressões da cultura, do cotidiano, do viver desta Comunidade assim como as demão e os mutirões.

5.3.2 Demão e mutirões: trabalho e festança

A demão e os mutirões são duas práticas de solidariedade ativas na Comunidade Macaúba. Essas práticas podem aparecer como sinônimas ou diferenciadas uma de outra pelo número de pessoas que participam das mesmas. A demão é feita com um número menor de pessoas enquanto os mutirões reúnem uma quantidade mais numerosa de pessoas. Estas são práticas de solidariedade dos camponeses, onde se une trabalho e lazer.

As práticas de ajuda mútua são estratégias camponesas para suprir a de mão de obra quando a família não consegue completar totalmente a sua necessidade de trabalho. Para amenizar a falta de mão de obra os camponeses fazem uso da ajuda mutua que corresponde ao agrupamento de vários camponeses em prol da realização de um trabalho.

Quando o trabalho é muito e o momento permite, um camponês “com precisão” pode combinar com parentes e vizinhos, às vezes até com amigos de longe, de outros bairros, um *mutirão*, um *muchirão*. Este é o momento em que a lida da lavoura passa de familiar a comunitária e o puro trabalho camponês torna-se um ritual de troca e solidariedade através do trabalho. (BRANDÃO, 1983, p. 80).

Para Candido (1979), o mutirão

consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram. (CANDIDO, 1979, p. 68).

A realização de uma demão e/ou de um mutirão é uma prática de solidariedade, um gesto de amizade, característica de comunidades camponesas que tem como

principal objetivo ajudar uma pessoa e/ou família em sua necessidade. Estas práticas inferem na realização de um trabalho com rapidez, em função do número de pessoas que se dedicam a sua realização de forma simultânea.

A demão e/ou mutirões que ocorrem na Comunidade Macaúba duram um dia. Aquele que deseja a realização destas atividades vai à casa de cada um de seus vizinhos, fazendo o convite para que este possa ajudá-lo em determinado trabalho. O trabalho inicia-se no período da manhã. O horário para a chegada dos trabalhadores é variado, e está relacionado às atividades que este tem que realizar em sua propriedade antes de ajudar o vizinho, como por exemplo, tirar leite, cuidar da alimentação dos animais e molhar suas hortaliças. O trabalho termina com o fim da atividade, ou assim que este se encontra já em estágio adiantado.

Na demão ou no mutirão,

[...] o número de diárias de trabalho por família não é contabilizado. Todavia, a pressão social supõe a participação de todas as famílias da comunidade [...]. A prodigalidade confere prestígio e reputação, que são sinônimos de autoridade e poder nos sistemas de reciprocidade. (SABOURIN, 2009, p. 66).

Quando um vizinho é convidado a participar de uma demão e/ou mutirão e por algum motivo não pode participar, este contrata outro trabalhador da Comunidade ou de outro lugar para lhe substituir na ajuda ao vizinho. Mesmo não sendo obrigados a participar da ajuda ao vizinho, estes se sentem em dívida com o vizinho que no futuro pode vir a lhe retribuir a ajuda.

As pessoas convidadas a participar da demão e/ou mutirões não são exclusivamente pessoas da Comunidade. O dono da casa costuma convidar, além de seus vizinhos, parentes e amigos de outras comunidades rurais, pessoas da área urbana de Catalão que em algum momento estiveram diretamente ligadas ao trabalho na terra. Estes últimos, em função de não estarem mais treinados a trabalhar na terra, apresentam certas dificuldades para desenvolver o trabalho tendo um rendimento menor que os camponeses. No entanto, este fator é irrelevante para o dono da casa, uma vez que considera o esforço dos mesmos.

Na Comunidade são realizadas demão e mutirões, especialmente para as atividades de bater pasto (Foto 7), limpar o rego d'água, plantar e/ou colher alguma lavoura. Durante a demão e/ou mutirão as crianças e pessoas idosas que não estão aptas ao trabalho forçado, auxiliam os trabalhadores fornecendo lhes água e até mesmo cachaça. Em alguns serviços como no bater pasto, a atividade de fornecer água é feita em cima de um cavalo, o

que faz com que o serviço seja mais eficaz e menos cansativo para quem o realiza. Os idosos, homens ou mulheres, e as crianças que não estão exercendo nenhuma atividade, ficam na casa a espera dos que foram trabalhar.

Foto 7 - Comunidade Macaúba/ Catalão (GO): mutirão para bater pasto



Fonte: Trabalho de campo na Comunidade Macaúba – Catalão (GO), ago./2011.
Autora: FERREIRA, A. P. S. de O., ago. de 2010.

Os homens foram chegando pouco a pouco, com suas foices, prontos para trabalhar, o dono da casa os recebe. Chegam todos animados, sorridentes, brincando uns com os outros, tomam o café da manhã, [...] e vão para o trabalho, o estar em grupo os deixa animados para o trabalho. (Diário de campo, Comunidade Macaúba, julho de 2011).

O dono da casa, aquele que recebe ajuda, fornece aos trabalhadores a alimentação do dia, iniciando com o café da manhã, seguido de almoço e lanche da tarde. A preparação destes alimentos é tarefa das mulheres, incluindo a dona da casa e também outras mulheres da Comunidade que são convidadas junto com seus esposos para participar da demão e/ou do mutirão.

Enquanto os homens são responsáveis pelo trabalho externo à casa, as mulheres se responsabilizam pelos preparativos para receber os homens durante e após o trabalho. São as mulheres que, além de preparar a comida, providenciam a água e também o ambiente onde, ao final do dia de trabalho, será realizada a confraternização, em que elas estarão servindo as bebidas e alimentos conhecidos como “tira gosto” (Foto 8).

Foto 8 - Comunidade Macaúba/ Catalão (GO): dia de mutirão de bater pasto em horário de almoço, e confraternização após a execução da tarefa



Fonte: Trabalho de campo na Comunidade Macaúba – Catalão (GO), julho/2011.
Autora: FERREIRA, A. P. S. de O. julho de 2011.

Ao fim do dia estão todos com os corpos cansados, as mãos calejadas e o sorriso no rosto, da satisfação do estar em união, do trabalhar junto, da confraternização (Diário de campo, Comunidade Macaúba, julho de 2011). Ao fim da demão e/ou do mutirão ocorre um festança animada, é o momento em que os trabalhadores se reúnem para festejar o trabalho feito. O dono da casa fornece bebidas e alimentos para aqueles que lhe ajudou, e ainda são convidadas pessoas para cantarem e animarem o ambiente. Em alguns casos, os mesmos camponeses que estiveram na lida do trabalho são os cantores, fazendo um momento de revezamento entre eles para cantarem, nem sempre em afinamento, mas para eles o importante é a diversão. Nesse momento há uma interação entre homens e mulheres de todas as idades.

Uma das entrevistadas ao falar dos mutirões, demão e “treição”¹⁷ mostra a diferença dos tempos atuais com tempos passados e diz que

[...] antigamente o povo fazia mutirão pra trocar a lavoura, fazer uma colheta, capinar, agora hoje como já diminuiu as lavouras faz demão mais só pra bateção de pasto, e hoje é mais diversão, porque depois tem festa e tudo. Antes só tinha festa pagode, na treição, quando o povo vinha de madrugada, cantando, gritando, soltando foguete e ai voltava todo mundo pras suas casa para tirar leite ou outra coisa, e ai depois vinha pra trabalha, e depois voltava pra casa de novo pra arrumar e voltava de noite pra dançar o forro, o pagode. E quem trabalhava demais ai era as mulheres, porque pegava agente disprivinida e ai agente tinha que correr pra fazer as

17

A “treição” é um tipo de mutirão em que os vizinhos chegam na casa de um vizinho de surpresa durante a noite e anunciam a ajuda ao mesmo. A forma correta de pronunciar é “traição”.

coisas, mas o povo também ajudava a matar os animal e fazer a comida. Essas treição, dava umas 60 a 80 pessoas, hoje o mutirão dá só umas 20 pessoas se for só gente da Comunidade, mas hoje nos tamo unindo as Comunidades e ai a ultima que fizemo lá no ti Heleno, deu 85 trabalhador, fora nós mulheres e as criança. (Entrevistado 16, julho de 2011).

A “treição é outra forma de ajuda mútua praticada em comunidades camponesas. Na Comunidade Macaúba não é mais realizada, a última “treição” feita na Comunidade ocorreu em 2002, desde então não foram feitas outras. Sobre a demão, um entrevistado falou de sua importância:

[...] é fundamental, você reúne as pessoas, não tanto pelo serviço, nem porque fica mais barato porque as veis fica mais caro, mais o importante é a união das pessoas. Tinha uns trinta anos que essas demão tinha praticamente acabado [...] e é uma coisa fundamental na nossa vida, pra continuar igual os antigo fazia né, os antigo tinha essa união e depois passou a largar, tanto é que essas demão é só na nossa região quase, nos outros lugar acabo, nois aqui ta sendo a pioneira em recomeçar as demão, agora que as outras comunidades ta copiando de nois Matapreta, Custodia, Tambioco, Morro Agudo, então esse povo ta copiando mas na verdade isso acabo tem muitos anos. Acabo justamente por falta de incentivo, por falta de organização e tudo que agente vai fazer tem que ter um atrativo e o atrativo que agente arrumo agora foi o churrasquinho e a cervejinha de tarde. Ali você coloca os papo em dia, tem pessoas que ocê não vê há muito tempo e ai ocê vê [...]. (Entrevistado 16, agosto de 2011).

Conforme o depoimento do entrevistado 16 verifica-se que a prática da realização de demão e mutirões havia quase que se extinguido da Comunidade Macaúba e também de outras comunidades rurais. No entanto, através da iniciativa de alguns camponeses, essa prática voltou a ser realizada com frequência nos últimos cinco anos na Comunidade Macaúba.

Nas entrevistas com moradores da Comunidade estes informaram que a demão e mutirões não chegaram a se extinguir totalmente, mas caminhavam para o fim, uma vez que sua realização estava sendo cada vez mais rara, e para que isso não ocorresse eles criaram como estratégia a realização de várias demão durante o ano, com a reativação das festas após o trabalho.

5.3.3 Crenças e tradições: as expressões religiosas da Comunidade Macaúba

A religiosidade das pessoas, para Andrade (2008), possibilita a construção e reprodução de valores morais, os quais instituem práticas culturais e religiosas. “[...] A moral religiosa institui, no imaginário das pessoas, a idéia da obrigação, dever e preceitos, que definem uma linha de conduta na vida cotidiana.” (ANDRADE, 2008, p. 168-169). Na Comunidade Macaúba estão presentes os deveres e normas de conduta, constituídos por meio da religiosidade Católica, que podem ser percebidos nas ações diárias dos camponeses, nas relações sociais e de produção, nas práticas culturais e religiosas.

A religião católica é predominante entre as famílias camponesas da Comunidade Macaúba. Dentre as famílias da Comunidade 97% dizem pertencer à religião Católica Apostólica Romana e 3% denominam-se como Evangélicos. Estes apesar de estarem presentes em pequeno número de famílias, se reúnem nas casas uns dos outros uma vez por semana para realizar o culto, e vão também uma ou mais vezes à Catalão, para participar dos cultos de suas respectivas igrejas. Os católicos realizam, durante o ano, vários tipos de manifestações religiosas de caráter coletivo, como missas, novenas, festas em louvor a santos padroeiros e procissões. Diante dessa predominância do catolicismo na Comunidade fizemos uma reflexão que se apóia na expressão do mesmo na Comunidade.

Antes de adentrarmos as práticas religiosas atuais presentes na Comunidade, consideramos importante fazer um breve relato de práticas de outros tempos que decorrem do período anterior a atuação direta da Igreja católica no meio rural, onde as famílias camponesas da Comunidade Macaúba criaram práticas próprias para orar. Segundo um dos entrevistados:

antes da construção da igreja, o pessoal fazia mais era os terço para os santos, e antes as pessoas guardavam muito dia santo, São Jerônimo, Santa Barbara, São Sebastião, São Bento, São José, Santa Luzia, Nossa Senhora da Aparecida, São Lourenço protetor do fogo. E tinha a superstição de que si trabalhasse no dia podia acontecer alguma coisa, aconteceu uma vez de uma pessoa trabaia no dia de São Lourenço e o rancho dele queimar lá no Córrego Fundo, eles falava que era castigo. E ai nesses dias agente ficava de jejum e sem comer carne [...]. (Entrevistado 18, setembro de 2011).

Além de guardar dia santo, outra prática comum na Comunidade ,de acordo com uma de nossas entrevistadas, era fazer um ritual para chover,

[...] naquela época quando não chuvia, nois carregava pedra e colocava nos pés das cruiz, e agoava também, pra chover. Toda casa tinha uma cruiz na beira da porta, ai depois acabô, era pra defender do mal, pra proteger, antigamente o povo via muita assombração (Entrevistado 21, agosto de 2011).

Outra prática que era comum entre os camponeses da Comunidade Macaúba era recorrer a pessoas tidas como “bezendeiras”. Eram pessoas conhecidas pelo seu poder de oração, através do qual pediam para curar uma doença, espantar o mal, ou trazer o mal. Tinham, portanto poder de oração para o bem e para o mal e usavam de algumas plantas como o Alecrim e a Arruda para benzer.

Antigamente as crianças, os meninos, eles tinham mal oiado, ai eles ficavam chorando, assustando e ai eles falava que isso era mal oiado ai oce benzia e ficava bõ. Agora tinha benzedor pra dor de dente, igual o João Zeca benzia e agente ficava bõ, curava bicheira no gado e sarava, estancava sangue, benzia pra espinhela caída, pra espantar cobra, benzia pra tudo, barrancado eles ia lá na grotta o trem caindo eles ia benzia e parava. O povo tinha uma fé muito grande nos benzendô, eles tinham uma oração muito forte. Aqui pra nois benzendo teve a mãe do João Pequeno, que era forte, mas ela fazia pro mal também, o Dioclécio falava que até fogo assim no pasto se ela quisesse onde ela ia passando o fogo ia parando. E tinha também o João Zeca, o Nania, o ti Jorge, o Mané Zeca. (Entrevistado 5, julho de 2011).

O último benzedor da Comunidade Macaúba foi o senhor João Zeca, que faleceu há cerca de dez anos. A realização de simpatias pelos moradores da Comunidade Macaúba era e ainda é uma prática comum entre eles para solucionar ‘pequenos’ problemas. Um de nossos entrevistados contou-nos que pouco antes de nossa entrevista para com ele, estando a quebrar milho na roça, caiu em seus olhos um pedaço de palha, como não conseguia tirá-lo fez a seguinte oração: *corre, corre cavaleiro vai até a casa de Santa Luzia e fala pra ela que caiu isgueta no meu olho, leite de Nossa Senhora caiu no meu olho e não me ofendeu,* (Entrevistado 5, setembro de 2011) a qual foi repetida por três vezes enquanto era feita a oração, fazia o sinal da cruz nos olhos. Ao término da oração nos disse que seus olhos ficaram bons.

Outra simpatia foi para curar a íngua que era muito comum nas pessoas. De acordo com a entrevistada, deveria se fazer o seguinte: *agente ia na porta e falava: essa porta tem três tabas, uma, duas, três, íngua fora e batia com o pé na porta, e fazia isso três vezes e agente ficava curado* (Entrevistada 16, setembro de 2011).

Essas práticas e crenças relatadas não aceitas pela Igreja Católica, mas, foram criadas pelos camponeses para atender as suas demandas imediatas, como a necessidade de chuva, a cura de uma doença. A chegada oficial da Igreja na Comunidade, com a condenação por parte destes rituais populares, fez com que partes desse acabassem por

não terem sido mais realizados. Entretanto, algumas expressões religiosas ainda permanecem e outras foram alteradas.

Hoje (2012), as expressões religiosas do catolicismo na Comunidade são expressas através da devoção aos santos, com a realização de festas e a presença de pequenos altares, onde são postos uma vela, a bíblia, imagens de Jesus Cristo, Nossa Senhora e do santo protetor da família. Outra forma dessa expressão são os quadros de imagens religiosas colocados nas salas das casas e até na cozinha. Estes são aspectos comuns observados nas casas de pessoas católicas da Comunidade Macaúba.

Oficialmente, tem-se a celebração da missa que ocorre uma vez por mês, as 19hs 30min, horário escolhido pelos camponeses por ser o que melhor se adapta ao seu tempo. Para a celebração da missa, a Comunidade conta com a presença de um representante da igreja católica, um padre, que comparece na Comunidade somente nessa data.

Diante da ausência dos representantes da igreja em função do seu pequeno número e da demanda dos mesmos, os próprios camponeses conduzem as outras práticas religiosas no decorrer do ano, como as novenas. Segundo moradores da Comunidade Macaúba, a realização das novenas é uma prática que ocorre na Comunidade desde o início do século XX, no entanto, esta passou ao longo dos anos por mudanças, no seu sentido, e formas de realização. Para um de nossos entrevistados

hoje a parte religiosa sumiu, o povo faiz por obrigação não tem mais devoção. Eu me lembro bem, a novena que agente fazia ia de casa em casa. O frigueiro começava a gritar o leilão as seis horas da tarde, oito hora da noite a reza e nove horas já tava arrematando as bandeija e já ia embora. Ai quando dava umas nove e quarenta, dez horas, o povo já tava tudo em casa dormindo. Nesse tempo não tinha dança não, era só a parte religiosa [...]. (Entrevistado 22, setembro de 2011).

A novena a que se refere o entrevistado 22 não existe mais na Comunidade, a última a ser realizada ocorreu no ano de 2003. Como ele aponta, em outros tempos a novena tinha um caráter religioso, era realizada em homenagem aos santos Nossa Senhora da Aparecida, Nossa Senhora da Abadia e São João. Participavam da novena apenas pessoas da Comunidade Macaúba e esta era feita nas casas.

Posteriormente, ao se tornar uma festa grande, com o envolvimento de pessoas de outras Comunidades e da cidade, a novena foi perdendo suas características iniciais, e se tornou uma das conhecidas “festas de roça” que reúnem uma quantidade muito grande de pessoas, para dançar, beber e comer.

As novenas eram organizadas por um festeiro que convidava as famílias da Comunidade para ajudarem na sua realização, que tinham a duração de nove dias, tendo início por volta das 19:00h, com a oração do terço, momento aberto a todos, mas do qual só participavam pessoas da Comunidade. Após a novena iniciava-se a parte festiva com a reunião de pessoas de outras Comunidades e principalmente da cidade. Porém a festa na Comunidade acabou tendo fim, isso ocorreu porque houve modificações na sua prática,

[...] no final a gente tinha que pagar muita coisa pra fazer ela, tinha que pagar banda para cantar, gente pra cozinhar, garçons, ela foi perdendo o sentido e dando só prejuízo pra comunidade, e os festeiros passaram a ser de gente de fora da comunidade, estragavam os trem tudo e não davam retorno financeiro pra comunidade. E também o pessoal aqui da comunidade foi mudando, e os que mora aqui ainda, já não participavam mais, vinha pouca gente. Antes pra fazer a festa, toda a comunidade se reunia, e ajudava, as mulheres e as crianças faziam os enfeites, eram dias arrumando bandeirinhas, flores de papel pra enfeitar a quadra, e pra lavar ela, até os homens ajudavam. Quando ainda não tinha sido construída a quadra, os homens faziam um rancho do lado do centro. Quem trabalhava era nois mesmo, nois que fazia os salgados e a comida, os homens cuidavam do bar, e os meninos era os garçom, então tudo era nois que fazia não tinha que pagar ninguém e agente se divertia. (Entrevistada 16, julho de 2011).

A festa, ao perder sua identidade, acabou se tornando exterior à Comunidade, o que fez com que as famílias começassem a não mais participar até a Comunidade decidir por acabar com a festa. Contudo, ainda são realizadas duas outras novenas em dois períodos do ano, as quais têm um sentido estritamente religioso, e onde participam apenas pessoas da Comunidade.

Uma das novenas ocorre no período que antecede o Natal no mês de dezembro. As famílias se reúnem uma vez por semana no Centro Comunitário da Comunidade ou em suas próprias casas fazendo orações reflexivas na espera do nascimento de Jesus Cristo. No último dia em que se comemora o nascimento de Cristo, as famílias, fazem uma confraternização, sendo que cada uma, leva algum tipo de alimento para compartilhar com os demais.

A outra novena ocorre no período da quaresma que se inicia na quarta-feira de cinzas e termina na sexta-feira santa. São 40 dias, é o período em que os católicos se preparam para a páscoa, para a ressurreição de Jesus Cristo. A última semana corresponde à Semana Santa, onde são realizados rituais na Comunidade, com destaque para a sexta-feira santa.

A sexta-feira santa é o único dia do ano em que as famílias se reúnem durante o dia para orar, exatamente às 15:00h. Neste dia elas lembram o julgamento, paixão, crucificação e morte de Jesus Cristo, fazendo a Via Sacra. Para a realização da procissão, as famílias se encontram no Centro Comunitário da Comunidade e caminham até o local onde tradicionalmente tem início a procissão. Neste caminhar, um dos moradores coloca as cruzes à beira da estrada para representar as 14 estações pelas quais Cristo passou carregando a cruz antes de sua morte. No percorrer do caminho, são feitas orações e músicas são cantadas, a procissão finaliza com a chegada no Centro Comunitário (Foto 9).

Foto 9 - Comunidade Macaúba/ Catalão (GO): procissão de via sacra



Fonte: Trabalho de campo na Comunidade Macaúba – Catalão (GO), mar/2011.
Autora: FERREIRA, A. P. S. de O., mar/2011.

A devoção aos santos padroeiros é outra característica que está presente nas práticas das famílias camponesas da Comunidade Macaúba. Acredita-se que os santos são capazes de fazer milagres e dar proteção ao seu devoto. Mas este aspecto não é único desta Comunidade. Ao se referir ao colono, Tedesco (1999) afirmou que os santos faziam parte não só do cotidiano religioso dos mesmos, como também estavam diretamente ligados a “[...] à morte, às plantações, às curas, aos castigos, às benesses, à vida afetiva e social [...].” (TEDESCO, 1999, p.77), enfim marcam presença em todas as estruturas da vida destes.

Assim, ocorre na Comunidade Macaúba. As famílias estão sempre recorrendo aos santos para lhes auxiliar na sua vida cotidiana, sendo comum fazer promessa ao santo que se tem devoção para que este lhe conceda uma graça. Quando a graça é concebida, quem fez a promessa se sente na obrigação de retribuir o santo, conforme foi

previamente definido com ele, fazendo-se geralmente o dispêndio físico ou material de algo. Os santos se apresentam como mediadores entre o “mundo terreno” e o “mundo sagrado”.

Cada indivíduo se torna devoto de um santo específico geralmente o santo de nome igual ao seu, com quem ele estabelece uma relação de intimidade e fidelidade. De acordo com Forman (1979), ao ser devoto de um santo o camponês passa a ter para com este a “[...] obrigação de mostrar-se um devoto sincero de seu santo particular, deve lembrar-se e comemorar o dia do santo, acender velas em sua homenagem e conquistar suas graças de inúmeras maneiras.” (FORMAN, 1979, p. 277).

Na Comunidade Macaúba, os santos com maior prestígio entre os camponeses são Santo Antônio, São João Batista e São Pedro. Todos os anos, tradicionalmente, são feitas festas para comemorar o dia destes, as típicas festas juninas. Na Comunidade são realizadas festas em devoção a São João Batista em três residências, uma no dia que antecede ao dia de São João, outra no dia de São João que é dia 24 de junho, e outra no dia após o dia do santo. Os dias de Santo Antônio, dia 13 de junho, e de São Pedro, dia 29 de junho são comemorados no dia dedicado ao santo, sendo cada um comemorado em uma residência.

Ao perguntarmos o sentido de fazer a festa de São João Batista a uma de suas promotoras, ela nos disse que: *agente é muito devoto de São João Batista né, e toda vida foi e é uma oportunidade de encontrar os amigos e parentes que agente passa muito tempo sem ver, nessa época eles vem* (Entrevistado 10, agosto de 2011). A festa é assim um momento de oração e de sociabilidade.

As festas em devoção aos santos possuem um ritual semelhante havendo pequenas variações de uma casa a outra. Inicialmente são organizados os preparativos para a festa, onde homens, mulheres e crianças se envolvem. As crianças auxiliam os adultos, as mulheres se ocupam da organização da casa, da confecção dos quitutes típicos como, mané-¹⁸pelado, canjica, pão-de-queijo, biscoitos, pipoca, chá, café, quentão, sucos., além de ornamentarem a bandeira do santo padroeiro com flores naturais e artificiais. Os homens providenciam a corta do mastro (a madeira onde será pendurada a bandeira do santo padroeiro) que é enfeitado com limões, neste será prendida a bandeira para ser levantada, além de fazerem a fogueira e limpar o terreiro. O dia da festa é um dia movimentado, alguns vizinhos são convidados a participar não só da festança como também para ajudar na organização dos preparativos para a festa.

18

O mané-pelado é um bolo feito a base de mandioca, típico da região Centro-Oeste.

Para iniciar o ritual, os convidados, os parentes, vizinhos e amigos não só da Comunidade, como da cidade e de outras Comunidades se colocam em frente a um pequeno altar que é feito especialmente para o dia. No altar é posto a bandeira com a estampa do santo, a bíblia sagrada, imagens de outros santos, como nossa Senhora da Aparecida, uma vela e enfeites (Foto 10).

Foto 10 - Comunidade Macaúba - Catalão (GO): altar com bandeira de Santo Antônio, São João e São Pedro



Fonte: Trabalho de campo na Comunidade Macaúba – Catalão (GO), julho/2011.
Autora: FERREIRA, A. P. S. de O., Julho/2011.

19

A festança começa com a oração do terço¹⁹, com a leitura de parte da bíblia e com a cantoria dos cânticos em homenagem ao santo. O cântico é o mesmo todos os anos e por isso tem um coro formado por várias pessoas. Após o termino da oração as pessoas se dirigem ao “terreiro” onde está a fogueira, a bandeira é presa ao mastro que é levantado por vários homens em uma ação conjunta. Esse é um momento de muita efervescência, de alegria, cantoria, soltam-se foguetes e vivas ao santo (Foto 11).

Foto 11 - Comunidade Macaúba/ Catalão (GO): Festa de São Pedro e Festa de São João



Fonte: Trabalho de campo na Comunidade Macaúba – Catalão (GO), julho/2011.
Autora: FERREIRA, A. P. S. de O., Julho/2011.

19

Terço: oração do catolicismo: é um conjunto de Ave Marias e Pai Nossos. São cinquenta Ave-Marias rezadas em grupos de dez, que se chamam Mistérios. Após cada Mistério segue um Glória ao Pai e a Jaculatória.

Logo após o levante da bandeira, as mulheres se apressam para por a mesa os comes e bebes para que todos possam se servir, esse é o momento em que as pessoas além de beberem e comerem vão prosear, contar casos, cantar, sorrir e as crianças estão liberadas para brincar. (Diário de campo, junho de 2011).

Com a fogueira já findada, ou bem próxima ao fim somente com pequenas brasas, é realizado o batismo na fogueira. Os pais da criança, o casal de padrinhos e o representante do santo fazem um ritual em que

o casal que será padrinho e o representante devem se ajoelhar em frente à fogueira com um prato esmaltado de cor branca, cheio de água e com uma vela acesa no centro. As três pessoas devem rezar um Pai Nosso, uma Ave Maria, uma Santa Maria, o Credo e, por último, uma Salve Rainha. Em seguida, o representante e depois os padrinhos colocam o dedo na água do prato, depois nas cinzas da fogueira e deve fazer o sinal da cruz com a água três vezes na testa da criança, pronunciando o nome do afilhado - eu te batizo em nome do Pai e do Filho, do Espírito Santo e de São João Batista (é a saudação da bênção entre padrinho e afilhado). A água do prato deve ser lançada na água corrente ou no pé do mastro de São João. (MENDES, 2005, p. 180).

A relação de compadrio, estabelecida pressupõe obrigações aos padrinhos para com o afilhado, e ainda uma relação de aproximação e união entre pais e padrinhos, que refletem nas ações de reciprocidade e solidariedade de um com outro. Os encontros religiosos no Centro Comunitário, ou nas casas, além de tornar possível a realização das práticas religiosas, também servem para aproximar os moradores da comunidade e estabelecer formas de sociabilidade e de reciprocidade entre vizinhos.

5.4 A “reinvenção” da Comunidade Macaúba diante da ação das mineradoras

A partida de famílias da Comunidade Macaúba significou para aqueles que permanecem a perda de laços de vizinhança, de amizade, de companheiros de trabalho, de oração e festança. Essas famílias sentem falta dos vizinhos, compadres, amigos, os quais eram parte da Comunidade e que a deixaram forçadamente. Essa partida involuntária acabou por enfraquecer a realização de eventos religiosos, esportivos, festivos e de ajuda mútua.

A Comunidade Macaúba até fins do século XX era conhecida pelas festas em homenagens a santos que reuniam dezenas de pessoas, pelas atividades esportivas como futebol praticado pelos homens e pelo voleibol praticado pelas mulheres, sendo que ambos

participavam de campeonatos direcionados as suas atividades. Ainda era característico da mesma, grandes aglomerações de trabalhadores para a realização de mutirões, demão, “treição”, não só para serviços de encargo dos homens (bater pasto, limpar rego, plantar ou colher a roça, fazer cerca, bater feijão, colher alho) como também para serviços de encargo das mulheres (fiação, fazer polvilho, farinha, preparar o açafraão).

Conforme foi apresentado nos tópicos anteriores do presente capítulo, a diminuição da população residente na Comunidade significou para o futebol a perda de parte de sua força, mas não significou a sua extinção. Por outro lado, o voleibol, que era uma prática esportiva da Comunidade e da qual participavam as mulheres, deixou de ser praticado, em função de uma desarticulação das jogadoras perante a saída de companheiras de jogo e do envelhecimento de outras.

Práticas de ajuda mútua como a “treição” foram perdidas. A demão e o mutirão continuaram a ser praticados, entretanto, sem a mesma quantidade de pessoas de antes. Os mutirões, apenas realizados por mulheres, deixaram de ser realizados, sendo a sua união somente em função dos mutirões organizados pelos homens.

Havia na Comunidade a realização de um terço, que há cerca de 5 anos deixou de ser feito como era tradição. Ele era realizado toda última sexta feira do mês, às 15:00h, e rezado por mulheres e crianças. No entanto, diante da saída de mulheres que participavam do mesmo este acabou por ser extinto.

Mesmo diante das dificuldades impostas pela ação das mineradoras, aos camponeses da Comunidade Macaúba, ainda prevalece na mesma o sentimento de enraizamento, o desejo de permanecer no lugar, com a preservação da memória, da identidade, da vontade de fixar, de criar raízes. Para Zhouri e Oliveira (2010), as pessoas têm o poder de

[...] optarem por permanecerem no lugar, ressignificando-o e transformando-o continuamente, como atestam varias lutas sociais hoje, como a luta contra o avanço das barragens, das monoculturas, do agrodiesel, enfim, as formas industriais de ocupação do espaço para o capital, mercadoria a ser incorporada nos fluxos globais em detrimento dos sentidos diversos dos lugares. (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010, p. 444).

Ao longo dessas quatro décadas de convivência com as mineradoras as famílias camponesas da Comunidade Macaúba desenvolveram estratégias particulares para a preservação de seu patrimônio familiar, cultural e social, em um tipo de resistência cotidiana, uma “resistência silenciosa impressa nas formas locais de gestão do território.” (ZHOURI;

OLIVEIRA, 2010, p. 447). Essa resistência está impressa na diversidade das práticas e estratégias de sobrevivência, na preservação e/ ou reinvenção de hábitos, costumes, simbologias transmitidas oralmente.

Apesar dos efeitos negativos da partida de famílias da Comunidade Macaúba, nas últimas quatro décadas, as famílias da Comunidade criam e recriam elementos que lhes permitem continuar a existir, se transformando quando necessário, se reinventando. Manter as festas de São João, São Pedro, São José, os jogos de futebol, as reuniões religiosas, políticas, a demão ou mutirão fazendo pequenas modificações ou mantendo a tradição original são formas que as famílias da Comunidade encontraram para continuar ativas.

Famílias deixaram a Comunidade, mas, por outro lado, outras migraram para a mesma. Alguns para trabalhar em propriedade alheia como trabalhador assalariado. Outras adquirindo por meio de compra uma porção de terras, em alguns casos para viver e para trabalhar. Há ainda aqueles que morando na área urbana de Catalão, buscam um lugar para descansar nos fins de semanas.

Essas mudanças dão uma nova configuração para a Comunidade, e influenciam diretamente nas atividades da mesma, no cotidiano, nas práticas socioculturais, nas relações entre as famílias. A vinda de pessoas de “fora” da Comunidade seja para trabalhar, morar ou apenas para lazer, acarreta na perda de alguns elementos característicos da Comunidade, na “reinvenção” de alguns e na incorporação de outros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolver esta pesquisa traçamos um caminho para percorrer, o qual nos permitiu conhecer aspectos da realidade estudada e tomar consciência de que não há a neutralidade na pesquisa científica, uma vez que, de forma consciente ou inconsciente, imprimimos sobre ela as experiências acadêmicas e extra-acadêmicas adquiridas.

A agricultura camponesa tem sido tema de pesquisa nas Ciências Sociais, na História, Economia, Geografia e cada pesquisador trata o referido tema com um enfoque diferente na discussão acerca deste grupo social. Essa gama de estudos sobre a agricultura camponesa evidencia a complexidade que envolve este grupo e sua importância social, econômica, cultural e política para a sociedade.

Ao longo de sua existência a agricultura camponesa no Brasil tem enfrentado diferentes empecilhos à sua reprodução, os quais dificultaram, mas, não a impediram de continuar sua trajetória. Desde o período colonial até o presente, essa forma de cultivar a terra, produzir, viver, foi negligenciada pelo Estado e pelas elites rurais e urbanas, que não consideraram a sua importância social.

Os conflitos marcam a história da agricultura camponesa, uma história de lutas pelo direito a continuar a existir, pelo direito à terra para trabalhar, para produzir. São várias as formas de luta destes camponeses, como a insistência em permanecer na terra, em produzir quando as condições não lhes são propícias, em lutar para voltar à terra depois de serem expulsos quando da territorialização pelos agentes do capital. Destaque-se ainda a sua organização política em movimentos sociais, na luta pela terra ou pela permanência nela, por condições propícias à sua reprodução. Este é o campesinato brasileiro, um campesinato de lutas, de diversidade, de índios, quilombolas, meeiros, posseiros, vazanteiros, gerazeiros que sob sol ou chuva, de forma silenciosa ou não, criam condições para se reproduzir em uma sociedade capitalista.

Na presente pesquisa a preocupação central que orientou estudo foi compreender como a territorialização das mineradoras, agentes do capital, nas proximidades da Comunidade Macaúba, município de Catalão (GO), onde predomina uma agricultura camponesa, tem afetado a mesma. Constatamos que a Comunidade Macaúba assemelha-se a muitas outras comunidades do município, onde residem famílias camponesas, que tiram da terra o seu sustento e de sua família. Contudo, a Comunidade Macaúba diferencia-se de muitas das outras comunidades de Catalão por ter nas suas proximidades a ocorrência de

depósitos minerais (fosfato e nióbio) de importante valor comercial para a sociedade industrial. A ocorrência destes minérios nas proximidades da Comunidade acarretou na territorialização de indústrias de exploração mineral na área, a partir da década de 1970 que influenciaram diretamente na configuração territorial da Comunidade Macaúba.

A territorialização das empresas mineradoras: Mineração Catalão, Vale Fertilizantes e COPEBRÁS no município de Catalão está relacionada à política de desenvolvimento direcionada pelo Estado a partir da segunda metade do século XX. Essas políticas implicaram no desenvolvimento de grandes projetos de infra-estrutura, com o financiamento para a construção de empresas de exploração mineral e hidroelétricas, conhecidas pela geração de grandiosas somas de lucro, mas principalmente por seus efeitos socioambientais a área afetada. Além da construção de grandes empreendimentos, o campo foi alvo também da modernização agrícola, responsável pela desapropriação e expulsão de centenas de camponeses de seus territórios e também por parte da destruição da biodiversidade de importantes Biomas como as áreas de Cerrado. Este Bioma sua população foram, portanto, alvos tanto da agricultura moderna, como das mineradoras e das hidroelétricas.

A territorialização das mineradoras no município de Catalão ocasionou mudanças relevantes em todo o município, ou seja, na área urbana e na área rural como um todo. A área urbana cresceu substantivamente, tendo a criação de bairros nobres, localizados em áreas centrais da cidade, com toda a infra-estrutura necessária, direcionados a pessoas qualificadas para trabalhar na empresa, com maior poder aquisitivo e que vieram de diferentes lugares do país. No entanto, o maior crescimento do município se deve a vinda de inúmeros trabalhadores sem qualificação profissional, da área rural do município de Catalão e de municípios vizinhos, os quais ocuparam as áreas periféricas da cidade. O crescimento populacional na área urbana do município influenciou e ainda influencia no aumento da demanda por bem estar da população, nos aspectos relacionados à saúde, lazer e esporte.

No entanto, os maiores efeitos da territorialização das mineradoras são sentidos pela população que reside no local e também aquelas que vivem no entorno da área onde as empresas têm pretensões de se territorializar e se territorializam. Quando descoberta uma mina e suas potencialidades para exploração comercial, todos os outros usos daquele território são “ignorados” e as populações ali residentes são forçadas a aceitar o processo de territorialização dessas empresas que acarreta na sua desterritorialização.

Há um conflito de interesses, um conflito pela apropriação de um território que há décadas é habitado por uma maioria de famílias camponesas. Estas, em dado momento se vêem “obrigadas” a conviver diariamente com empreendimentos mineroquímicos que inserem na vida da Comunidade elementos externos a ela como máquinas de grande porte, além do aumento da circulação de pessoas e veículos automotivos. Por outro lado essas famílias camponesas ainda têm que lidar com o processo de desterritorialização que é material e simbólico.

A Comunidade Macaúba, ao longo dessas mais de três décadas, foi afetada pelas mineradoras de duas formas, tanto por ter parte de seu território apropriado pelas empresas Vale Fertilizantes e COPEBRÁS, como por ser uma área circunvizinha à área das mineradoras. Além da Comunidade Macaúba, outras comunidades do município de Catalão e de Ouvidor foram e estão sendo diretamente afetadas pela ação das mineradoras, como a extinta Comunidade Chapadão do município de Ouvidor, que foi destruída para que a territorialização das mineradoras fosse efetivada.

Os efeitos das mineradoras sob a Comunidade Macaúba são tanto sociais como ambientais. Os moradores sofrem com a poluição sonora, visual, da água e do ar, que lhes afeta diretamente. A territorialização das mineradoras na Comunidade acarretou também a desterritorialização de famílias camponesas, que assim como as famílias que ainda residem na Comunidade viviam/ vivem da produção de vegetais e da criação de animais os quais eram/ são produzidos para sustento das mesmas.

Conforme apresentamos, os efeitos na Comunidade Macaúba não se limitaram apenas as pessoas desterritorializadas, como também aquelas que permaneceram na mesma, as quais tiveram que lidar com a perda de laços com as famílias que deixaram a Comunidade e ainda com a diminuição de mão de obra. Além do mais, constatamos que houve um enfraquecimento da realização de eventos festivos, esportivos e religiosos, e de ajuda mútua, mas, não houve o fim destes, porque a Comunidade mesmo com as dificuldades perante a saída de moradores da mesma se rearranja para continuar ativa. Esses rearranjos que são feitos dentro da Comunidade são uma forma de resistência silenciosa dessas famílias que querem permanecer na Comunidade.

Enquanto as empresas mineradoras continuarem a explorar áreas da Comunidade Macaúba ou próximas a ela, a Comunidade continuará a sofrer com os efeitos desta exploração, efeitos que, muitas vezes, não são passíveis de serem mensurados, efeitos que perpassam a vida social da Comunidade e das famílias nela residente. Após o exposto é possível perceber como a ação de agentes do capital pode acarretar em inúmeros efeitos

negativos para comunidades camponesas. Compreendemos, por fim, que as discussões feitas nesta pesquisa não se encerram com as análises realizadas, mas abrem caminho para novos debates.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO; Paulo R. R.; ROCHA-LEÃO, Otávio M. da. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p.51-68, jul. 2006.

ACSELRAD, Henri; BEZERRA, Gustavo das N. Inserção econômica internacional e “resolução negociada” de conflitos ambientais na América Latina. In: ZHOURI, Andréia; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 34-62.

ACSELRAD, Henri. Apresentação. In: ZHOURI, Andréia; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice. B. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental**. Belo Horizonte: Autentica, 2005. p. 4-7.

AGRA FILHO, Severino S. Os conflitos ambientais e os instrumentos da política nacional de meio ambiente. In: ZHOURI, Andréia; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 351-359.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Diversidade paisagística e identidades territoriais e culturais – Brasil Sertanejo. In: _ALMEIDA, Maria Geralda de.; CHAVEIRO, Eguimar F.; BRAGA, Helaine C. (Org.) **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Editora Vieira, 2008. p. 47-74.

ALMEIDA, Rosemeire A. A Geografia da Prática de Ariovaldo e o Campesinato: uma homenagem. In: FERNANDES, Bernardo M.; MARQUES, Martha I.; SUSUKI, Júlio C. (Org.). **Geografia Agrária. Teoria e Poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 353-362.

ALMEIDA, Emerson G. de; FERREIRA, Willian R. A entrevista enquanto diálogo assimétrico na geografia dos transportes: uma reflexão sobre o mototaxismo em Ituiutaba (MG). In: RAMIRES, Julio C. de L.; PESSÔA, Vera L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 75-90.

ANDRADE, Manuel C. de. **A questão do território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

ANIMONDA, Hector; FERGUSON, Juan. Travessia de imagens (um projeto de documentação visual sobre o mundo rural). In: COSTA, Luiz F. C.; BRUNO, Regina; MOREIRA, Roberto J. (Org.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 99-113.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

BARRETO, Maria L. **Mineração e desenvolvimento sustentável: desafios para o Brasil**. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2001.

BARROS, Aidil J. da S.; LEHFELD, Neide A. S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3.ed. São Paulo : Pearson Prentice Hall, 2007.

BASTOS, Elide R. **As ligas camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BORGES, Fragmon C. Origens históricas da propriedade da terra. In: MARIGHELLA, Carlos et al. **A questão agrária: textos dos anos sessenta**. Editora: Brasil Debates. Editora: Brasil Debates. p. 1-19.

BRANDÃO, Carlos R. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____ Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 10, n.1, p. 11-27, jan/ jun. 2007.

_____; RAMALHO, José R. **Campesinato goiano: três estudos**. Goiânia: UFG, 1986.

CALAES, Gilberto D. **Planejamento estratégico, competitividade e sustentabilidade na indústria mineral: dois casos de não metálicos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CETEM / MCT / CNPq / CYTED, 2006.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 5. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades LTDA, 1979.

CARNEIRO, Eder. J. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, Andreia.; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice. B. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autentica, 2005. 287 p. 27-47.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CLAVAL, Paul. A geografia cultural: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999a. p. 59 – 98.

CLAVAL, Paul. A geografia cultural. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999b.

COELHO, Maria C. N.; CUNHA, Luiz H.; WANDERLEY, Luiz J. Conflitos em áreas de mineração na Amazônia: os casos dos quilombolas e dos moradores de beiras de lagos, dos canais fluviais e de estradas em Oriximiná. In: ZHOURI, Andréia; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 276-300.

COPEBRÁS. Ouvidor: a mina. 2011a. Disponível em: http://www.copebras.com.br/about-us/our-operations/ouvidor.aspx?sc_lang=pt-pt. Acesso em: nov. 2011.

COPEBRÁS. O que fazemos. 2011b. Disponível em: http://www.copebras.com.br/about-us/what-we-do.aspx?sc_lang=pt-pt. Acesso em: nov. 2011.

COSTA, Luiz F. de C. Paisagens urbanas – um estudo regional sobre fotografias. In: SANTOS, Raimundo; CARVALHO, Luiz F. de; SILVA, Francisco C. T. da (Org.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p.75-94.

FABRINI, João E. A contradição como parâmetro de compreensão da existência camponesa. **Geografia**, v. 13, n. 2, p. 116 – 137, jul/dez. 2004. Disponível em <http://www.geo.uel.br/revista>. Acesso em: 11 mar. 2011.

_____. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 10, n. 11, p. 8-32, jul./ dez. 2007. Disponível em http://www4.fct.unesp.br/grupos/nera/revistas/11/6_Fabrini_n_11.pdf. Acesso em: 4 set. 2010.

FARIAS, Carlos G. E. Mineração e meio ambiente no Brasil. Relatório Preparado para o CGEE. Outubro de 2002. Disponível em: http://www.cgee.org.br/arquivos/estudo011_02.pdf. Acesso em: nov. 2011.

FALEIRO, Flávio F.; LOPES, Luciana M.; CARVALHO JUNIOR, Nelito R. de. A mineração de fosfato no município de Catalão-GO: impactos ambientais e sócio-econômicos. Disponível em: http://www.geo.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos_completos/eixo12/015.pdf. Acesso em nov. 2011.

FERLINI, Vera L. **A civilização do açúcar**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FERNANDES, Bernardo M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Entrando nos territórios do território**. 2008. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/marco2008.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2010.

_____. Sobre a tipologia de territórios. [2008?] Disponível em: http://www.landaction.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf. Acesso em: dez de 2011.

FERNANDES, Francisco R. C.; ENRÍQUEZ, Maria Amélia R. da S.; ALAMINO, Renata de C. J. **Recursos Minerais & Sustentabilidade Territorial**. v. I Grandes Minas. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011.

FERNANDES, Francisco R. C.; LIMA, Maria H. R.; TEIXEIRA, Nilo da S. Grandes Minas e Comunidade: algumas questões conceituais. Séries CETEM, séries estudos e documentos. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.cetem.gov.br/publicacao/CTs/CT2007-106-00.pdf>. Acesso em: nov. de 2011.

FORMAN, Shepard. **Camponeses: sua participação no Brasil**. Tradução de Maria Isabel Erthal Abdenur. Rio de Janeiro, 1979.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2008

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 10 ed. Rio de Janeiro: RECORD, 2007.

GÖRGEN, Sérgio A. **Agricultura camponesa**. 2005. Disponível in: <http://www.social.org.br/relatorio2005/relatorio011.htm>. Acesso em: 8 de jan. 2012.

GRZYBOWSKI, Candido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.

GUIMARÃES, Roberli R. **As estratégias de resistência camponesa**: O Movimento Camponês Popular na Comunidade Ribeirão em Catalão (GO). 2010. 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão, Catalão, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2009.

JUSTIANO, Eduardo F. Registro fotográfico. In: VENTURI, Luiz A. B. **Praticando a geografia**: técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2005. p. 187-195.

IANNI, Octavio. **A ditadura do Grande Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução de Otto Erich W. Mas. São Paulo: Nova Cultura, 1986.(Os Economistas).

KLEIN, Percy B. W. **A evolução do uso do solo e suas conseqüências para o meio ambiente na região do complexo ultramáfico-alcálico-carbonatítico de Catalão I**. dissertação (Mestrado em Geologia)- Instituto de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília. 1996, 101 f.

LAMARCHE, Hugues(Coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Tradução de A. M.N. Tijiwa. Campinas: UNICAMP, 1993. v.I (Coleção Repertórios).

LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional, II: do mito à realidade. Tradução de Frederic Bazin. São Paulo: UNICAMP, 1998.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Nova Cultural, 1980. v. 1 (Os Economistas).

L'ESTOILE, Benoit de; SIGAUD, Lygia (Org.). Caderno de fotos: fotografia e pesquisa de campo. In: _____. **Ocupações de terra e transformações sociais**: uma experiência de etnografia coletiva. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 19-28.

LIMA, Helton S. O diário de campo e sua relação com o olhar aprofundado sobre o espaço rural. In: _____. WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau/ São Paulo: Letras à Margem, 2002. p. 143-149.

LIMA, Muniz; NEVES, Carlos A. R. **Sumário Nacional de Produção Mineral**. Ministério de Minas e Energia – Departamento Nacional de Produção Mineral. Brasília: DNPM/DIPLAM, 2011. Disponível in: <http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=68&IDPagina=64>. Acesso em: nov.2011.

LIMA, Valdivino B. de. **Os caminhos da urbanização/ mineração em Goiás: o estudo de Catalão (1970-2000)**. 2003. 126 f. dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

LINS, Fernando A. de F. **Brasil 500 anos – a construção do Brasil e da América Latina: histórico, atualidades e perspectivas**. Rio de Janeiro: CETEM/ MCT, 2000.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 137-155.

LEROY, Jean P. Amazônia: território do capital e territórios dos povos. In: In: ZHOURI, Andréia; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 92-113.

LUDWIG, Antonio C. **Fundamentos e prática de metodologia científica**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LUNA, Sérgio V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2005.

MACHADO, Vanessa de S. **Espongofauna do paleolago cemitério, Catalão GO**. 2009.108f. Dissertação. (Mestrado em Geociências) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas S. A, 2007.

_____. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARAFON, Gláucio J. O trabalho de campo como um instrumento de trabalho para o investigador em geografia agrária. In: RAMIRES, Julio C. de L.; PESSÔA, Vera L.S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 379-394.

MARQUES, Mario O. **Escrever é preciso: o principio da pesquisa**. 5. ed. Ijuí: Unijuí, 2006.

MARQUES, Marta I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 11, n. 12, pp. 57-67, jan.-jun. 2008. Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/grupos/nera/revistas/12/9_marques_12.pdf. Acesso em: 22 mar 2011.

MARTINS, José de S. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1982.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3. ed. Petrópolis: vozes, 1986.

_____. **A chegada do estranho.** São Paulo: HUCITEC, 1993.

MATOS, Patrícia F. de. **O meio técnico-científico-informacional e a (re) organização do espaço agrário em Catalão(GO) – 1980 a 2004.** 2005. 178 f. Dissertação (Mestrado em geografia) – Instituto de geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

_____. **As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano.** 2011. 357 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

MEDEIROS, Ana P. de. **O cultivo de sementes crioulas na comunidade Rural Ribeirão no município de Catalão (GO).** 2008. 60 f. Trabalho final de Curso (Graduação em Geografia), Departamento de Geografia, Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão, Catalão, 2008.

MENDES, Estevane. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás:** as comunidades rurais no município de Catalão (GO). 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

_____. Identidades sociais e suas representações territoriais: as comunidades rurais no município de Catalão (GO). In: ALMEIDA, Maria G.; CHAVEIRO, Eguimar F.; BRAGA, Elaine C. **Geografia e cultura:** os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Ed Vieira, 2008.

MENDES, Tereza R.; CRUZ, Anamaria da C.; CURTY, Marlene G. **Citações:** quando, onde e como usar (NBR 10520/2002). Niterói: Intertextos, 2001.

MENDONÇA, Marcelo R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano.** 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MENDONÇA, Marcelo R. et al. **Diagnóstico e monitoramento sócio-ambiental da cidade de Catalão/GO e do entorno.** Catalão: UFG, 2005.

MESQUITA, Helena A. de. **A modernização da agricultura. Um caso em Catalão Goiás.** 1993. 145 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) - Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás. Goiânia.

MILLARCH, Aramis. Santa Dica, a messiânica revolucionária de Goiás. 1989. In: <http://www.millarch.org/artigo/santa-dica-messianica-revolucionaria-de-goias>. Acesso em: nov. de 2011.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA(MME)/ Departamento Nacional de Produção Mineral. **Sumário Mineral.** Brasília: MME, 2011.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA(MME). **Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM – 2030)**. Brasília: MME, 2010.

MONTEIRO, Maurílio de A. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.19, n. 53, p 187-207, jan./abr, 2005.

MOREIRA, Ruy. As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. **GEOgraphia**, Niterói, v. 3, n. 5, p. 15-32. 2001. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/52>. Acesso em: 2 nov. 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n.43, p. 185-126, set./ dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br>>. Acesso em: 3 set. 2010.

_____. **A geografia das lutas no campo**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Joycelaine A. de; BRANDÃO, Carlos R. Entre o murmúrio do rio e o despertar das lembranças. In: RAMIRES, Julio C. de L.; PESSÔA, Vera L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 221-252.

OLIVEIRA, André L. de; MENDONÇA, Marcelo R. **Globalização e modelo energético: leituras do território em disputa** nas áreas de Cerrado no Brasil. Disponível em: <http://www.alasru.org/cdalasru>. 2006. Acesso em: 11 fev. 2010.

PAULA, Gedeane P. **História e memória: comunidade rural de São Domingos Catalão (GO)**. 47 f. Monografia - Universidade Federal de Goiás – Campus de Catalão – Departamento de História, 2007.

PAULINO, Eliane T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: UNESP, 2006.

PEREIRA, José R. Terras e reforma agrária. In: WOORTMANN, E. F. (Org.). **Significados da terra**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 209 – 254.

PESSOA, Jadir de M. **A revanche camponesa**. Goiânia: UFG, 1999.

PINA, José H. A.; LIMA, Osmar A. de; SILVA, Vicente de P. da. Município e distrito: um estudo teórico. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v.3, n. 6, p. 125-142, ago. 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11851/6937>. Acesso em: 22 jul. 2011.

PINHEIRO, João C. de F. A importância econômica da mineração no Brasil. Apresentação RENAI. DIPLAM/ DNPM. Agosto de 2011. Disponível em:

http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/renai/public/arquivo/arq1314392332.pdf. Acesso em: 20 nov. 2011.

PINTO, Luiz M.; MAGALHÃES, Luiz F. A mineração no estado de Goiás. Encontro empresarial pelas águas em Goiás. Goiânia julho de 2008, slides. Disponível em: <http://www.ibram.org.br/sites/700/784/00001636.pdf>. Acesso em nov. de 2011.

POLONIAL, Juscelino. **Terra de Anhanguera**: história de Goiás. Goiânia: Editora Kelps, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **De saberes e de territórios - diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana**. Niterói, 2006. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cecen/04porto.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Marília Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, Mario L. **Território e macrossistema elétrico nacional**: as relações entre privatização, planejamento e cooperativismo. 2006. 201 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2006.

REY, Fernando G. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. Tradução de Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Thomson, 2005.

RIBEIRO, Gracy T. F.; SILVA, Adriana L. da. “Santa Dica”: a mulher que agitou Goiás durante a República Velha. s/d. **Revista Educação & Mudança**, Anápolis, n. 20 e 21, p.1-13, 2008.

ROTHAMAN, Franklin D. A expansão dos projetos de barragens e mineração na Zona da Mata: articulando as lutas de resistência a favor da agricultura familiar. In: ZHOURI, Andréia; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 360-380.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Traduzido do francês por Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Antonio R. dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Joelma C. dos; PESSÔA, Vera L. S. A pesquisa de campo nos canaviais do oeste paulista: o universo dos trabalhadores entre a “sua forma de ser” e a exploração do seu “ser”. In: RAMIRES, Julio C. de L.; PESSÔA, Vera L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 123-138.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. 3.ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SAQUET, Marcos A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial.** São Paulo: Outras Expressões, 2011.

_____. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____; SANTOS, Roseli A. dos. **Geografia agrária, território e desenvolvimento.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marcos A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da colônia Silveira Martins (RS).** Porto Alegre: Est. Edições, 2003.

SEVÁ FILHO, Arsênio O. Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera e hidrelétrica nas Amazônias. In: ZHOURI, Andréia; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 114-147.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. Tradução de Cynthia A. Sarti e Wanda Caldeira Brant. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 8, n. 7, p. 1-21, jul./ dez. 2005. Disponível em: <http://www.coptec.org.br/biblioteca/Campesinato%20e%20Reforma%20Agr%20e%20Rural/Artigos/SHANIN%20definicao%20do%20campones.pdf>. Acesso em: 3 maio de 2011.

SILVA, Adriana L. da S.; RIBEIRO, Gracy T. F. “Santa Dica”: a mulher que agitou Goiás durante a república velha. 2008. Revista **Educação & Mudança**, Números 20 e 21 – 2008. P. 52-64. Disponível in: <http://revistas.unievangelica.edu.br/index.php/rem/article/viewFile/28/28>. Acesso em nov. de 2011.

SILVÉRIO, José W. **Do campo à cidade: deslocamento de agricultores na fazenda Macaúba (1960-2007).** 58 f. Monografia - Universidade Federal de Goiás – Campus de Catalão – Departamento de História, 2007.

SOUZA, Keila V. et al. Os Arranjos Produtivos Locais (APL) de base mineral e a sustentabilidade. In: FERNANDES, Francisco R. C.; ENRÍQUEZ, Maria Amélia R. da S.; ALAMINO, Renata de C. J. **Recursos Minerais & Sustentabilidade Territorial: arranjos produtivos locais.** Vol. II. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011. p. 1-14.

TEDESCO, João C. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês.** Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

_____. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** 3.ed. Rio Grande do Sul: UPF, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2009.

TYLOR, Edward B. A ciência da cultura. In: CASTRO, Celso. **Evolucionismo cultural**/textos de Morgan, Tylor e Frazer. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 67-99.

VALE. Vale no mundo. Disponível em: <http://www.vale.com/pt-br/conheca-a-vale/mundo-afora/paginas/default.aspx>. Acesso em: nov. 2011.

VENÂNCIO, Marcelo; PESSÔA, Vera L. S. O diário de campo e a construção da pesquisa: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar. In: RAMIRES, Julio C. de L.; PESSÔA, Vera L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 317-336.

VENÂNCIO, Marcelo. **Território de esperança**: temas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO). 2008. 182 f. Dissertação (Mestrado em geografia) – Instituto de geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

ZHOURI, Andréia; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice B. Desenvolvimento, Sustentabilidade e conflitos socioambientais. In: ZHOURI, Andréia; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 11 a 27.

ZHOURI, Andréia; OLIVEIRA, Raquel. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, Andreia.; LASCHEFSKI, Klemens.; PEREIRA, Doralice. B. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 27 a 49.

_____. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: ZHOURI, Andréia; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 439-462.

ZHOURI, Andréia; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, Andréia; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 11-31.

WANDERLEY, Maria de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XX., 1996, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, out. 1996. p. 1-17.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 21-55.

WHITAKER, Dulce C. A. et al. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura? In: WHITACKER, Dulce C. A. **Sociologia rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Wenceslau: Letras a Margem, 2022. p. 115-120.

WOORTMANN, Klass. Com parente não se negueia. O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico 87**, Brasília/Rio de Janeiro: Editora UnB/Tempo Brasileiro, 1990.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Dissertação: TERRITÓRIOS EM CONFLITO: a Comunidade Macaúba/Catalão (GO) e territorialização da atividade mineradora

Mestranda: Ana Paula da Silva de Oliveira Ferreira

APÊNDICE A: roteiro de entrevista com os moradores mais antigos da comunidade rural Macaúba²⁰

- 1) Nome
- 2) Idade
- 3) Há quanto tempo mora na comunidade?
- 4) Qual é o tamanho da propriedade?
- 5) Como adquiriu essa propriedade?
- 6) Como surgiu a comunidade?
- 7) Por que o nome comunidade rural Macaúba?
- 8) Quais as construções mais antigas da comunidade?
- 9) Como era organizada a família (deveres, obrigações, afetividades)? Qual era o papel de cada membro da família na comunidade (homem, mulher, filho)?
- 10) Havia agregados? Qual era a sua relação com os proprietários de terras? O que produzia? Qual o horário de trabalho? Forma de pagamento? Como eram suas residências?
- 11) Qual era o tamanho médio das famílias?
- 12) Qual era o tamanho médio das propriedades? O que produziam? O que e onde comercializavam? Como era feito o transporte?
- 13) O que compravam no comércio da rede urbana?

20

Adaptado de VENÂNCIO, Marcelo. **Território de esperança:** temas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO). 2008. 182 f. Dissertação (Mestrado em geografia) – Instituto de geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

- 14) Havia mutirões/demão? Tipo de serviço realizado? Como eram esses mutirões? E hoje eles continuam?
- 15) Quais os principais eventos religiosos da comunidade (missas, terços, cultos...)? Como são esses eventos?
- 16) Que festas eram realizadas na comunidade? Como elas eram?
- 17) Onde são/eram realizados os enterros?
- 18) Quais os principais problemas aqui da comunidade?
- 19) Quando as minerações chegam na região?
- 20) Quantas propriedades da comunidade Macaúba já foram compradas pelas minerações?
- 21) Você acha que a mineração afetou ou está afetando de alguma forma a vida na comunidade? De que forma?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Dissertação: TERRITÓRIOS EM CONFLITO: a Comunidade Macaúba/Catalão (GO) e territorialização da atividade mineradora

Mestranda: Ana Paula da Silva de Oliveira Ferreira

APÊNDICE B: roteiro de entrevista com os camponeses da comunidade rural Macaúba²¹

I – Identificação do produtor e da propriedade

- 1) Nome? Idade?
- 2) Nome da esposa? Idade?
- 3) Tamanho da propriedade?
- 4) Grau de parentesco com a esposa? () sim () não. Qual é o grau de parentesco?
- 5) Número de irmãos? () esposo () esposa.
- 6) Número de filhos? Idade? Onde mora? Profissão dos filhos? Grau de escolaridade dos filhos?
- 7) Grau de escolaridade do produtor e da esposa?
- 8) Situação do produtor? () proprietário () arrendatário () parceiro () ocupante
- 9) De que forma adquiriu a propriedade? () herança () compra () concessão de uso
- 10) Há quanto tempo está na propriedade?
- 11) Possui outra forma de renda? Qual?

21

Adaptado de VENÂNCIO, Marcelo. **Território de esperança:** temas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO). 2008. 182 f. Dissertação (Mestrado em geografia) – Instituto de geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

- 12) A residência possui: () banheiro () energia elétrica () água encanada ()
lavadora () televisão () geladeira () refrigerador () telefone ()
microondas () computador () videogame () outros.

II – Dados sobre a produção

- 1) Quais os produtos cultivados na propriedade? Que área ocupa cada um?
- 2) Quais os produtos cultivados para o cultivo da família?
- 3) Quais os produtos cultivados para comercialização?
- 4) Qual é a quantidade produzida?
- 5) Qual é a renda aproximada?
- 6) Que animais domésticos são criados na propriedade?
- 7) Possui pecuária de leite? Qual a média de litros por dia vaca?
- 8) Faz a silagem? Qual é a sua importância?

III – Dados sobre a comercialização de produtos

- 1) Quem compra esses produtos? () consumidores diretos () frutarias ()
supermercados () feira () COACAL () outros: qual?
- 2) Quantidade comercializada? () diariamente () semanalmente () mensalmente ()
anualmente
- 3) Qual é o valor alcançado pelo produto?
- 4) Possui transporte próprio? Qual?
- 5) Em caso de negativo, quem faz o transporte e qual o custo?
- 6) Têm acesso as informações (preço, mercado, exigências do consumidor, demanda...)?
- 7) Como obtém essas informações?
- 8) Existem problemas na comercialização? Quais? Por quê?

IV – Dados sobre a força de trabalho

1 – Familiar

Número de pessoas

Grau de parentesco: () filhos () Irmãos () esposa

Idade: () menos de 10 anos () 11-15 () 16-21 () 22-27 () 28-33
() 34-39 () 40-50 () acima de 50 anos

Qual o período do ano em que trabalham?

Qual é o tipo de serviço em que trabalham?

2 – Assalariados permanentes

Número de pessoas?

Faixa etária e sexo?

Origem?

Forma de contratação?

Forma de pagamento?

Qual é o tipo de trabalho que realizam?

3 – Assalariados temporários

Número de pessoas

Qual é a idade e o sexo?

Qual a origem desses trabalhadores?

Forma de contratação?

Forma de pagamento?

Período do ano em que trabalham?

Tipo de serviço que realizam?

Existem outras formas de trabalho? Quais?

V – Dados sobre a tecnologia e a utilização de recursos

- 1) Utiliza sementes selecionadas? Quais?
- 2) Possui irrigação? De que tipo?
- 3) Como adquiriu o equipamento?

- 4) Possui máquinas e equipamentos próprios? Quais?
- 5) Faz adubação?
- 6) Utiliza defensivos? Que tipo e para que finalidade?
- 7) Como é feita a pulverização?
- 8) Faz ou já fez análise do solo?
- 9) Faz correção do solo?

VI – Dados sobre a assistência técnica

- 1) Conta com assistência técnica?
- 2) Quais órgãos?
- 3) Como é feita a assistência técnica?

VII – Dados sobre a organização política dos produtores

- 1) Você é filiado a alguma associação, sindicato ou cooperativa? Quais?
- 2) Qual a importância dessa entidade para sua produção?
- 3) Quais são suas perspectivas para com essa entidade?
- 4) E quanto aos movimentos sociais, você participa do MCP? Em caso de negativo, porque não participa?
- 5) Qual a importância de participar do movimento?
- 6) O que você espera do movimento?

VIII – Dados sobre os aspectos culturais

- 1) Que eventos culturais são realizados na comunidade?
- 2) Com que frequência estes eventos são realizados?
- 3) Você participa destes eventos?
- 4) Qual o sentido dessas atividades para você?
- 5) Qual é a religião da família?
- 6) Quais são as atividades de lazer da família?

- 7) Como é a relação do senhor (a) com seus vizinhos?
- 8) Produz algum tipo de objeto artesanal (colchas de retalho, cobertas de algodão, tapetes...)?
- 9) Possui fogão a lenha? Faz uso diário deste?
- 10) Possui algum instrumento/ferramenta tradicional (carro de boi, carroça, arado de boi e/ou cavalo, tear, carpideira...)? Qual? Faz uso?

IX – Dados sobre as minerações

- 1) Qual sua opinião sobre as áreas compradas pelas minerações na região? Você acha que traz benefícios para a comunidade Macaúba ou não? Por quê?
- 2) O processo de expansão das minerações está de alguma forma influenciando na realização das atividades culturais da comunidade? De que forma?
- 3) Você gostaria que a mineração comprasse sua propriedade? Por quê?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Dissertação: TERRITÓRIOS EM CONFLITO: a Comunidade Macaúba/Catalão (GO) e territorialização da atividade mineradora

Mestranda: Ana Paula da Silva de Oliveira Ferreira

APÊNDICE C: roteiro de entrevista com ex-moradores da comunidade rural Macaúba que venderam suas propriedades para as mineradoras.

- 1) Nome? Idade?
- 2) Nome da esposa? Idade?
- 3) Tamanho da propriedade?
- 4) Quanto tempo viveu na comunidade Macaúba?
- 5) Quando ocorre a sua saída da comunidade Macaúba?
- 6) Como foi o processo de negociação com a mineradora para a venda da propriedade?
- 7) Você ficou satisfeito com o valor que lhe foi pago?
- 8) Como empregou o dinheiro? Para onde foi?
- 9) Como era sua vida quando ainda residia na comunidade Macaúba e como está hoje?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Dissertação: TERRITÓRIOS EM CONFLITO: a Comunidade Macaúba/Catalão (GO) e territorialização da atividade mineradora

Mestranda: Ana Paula da Silva de Oliveira Ferreira

APÊNDICE D: roteiro de entrevista com Mineradoras

- 1) Nome do entrevistado
- 2) Cargo que ocupa
- 3) Nome da mineradora
- 4) Grupo ao qual a mineradora pertence
- 5) Minérios explorados pela mineradora
- 6) Destino dos minérios e formas de comercialização
- 7) Tamanho da mina explorada
- 8) Tamanho da mina a ser explorada
- 9) Município onde a mina está localizada
- 10) Origem e história da mineradora
- 11) Ano de chegada da mineradora nessa região
- 12) Razão (ões) da instalação da mineradora na região
- 13) Quantas propriedades rurais pertencentes ao município de Catalão foram compradas pela mineradora desde sua instalação até hoje (2011)?
- 14) Como era/é feita a oferta de compra das propriedades?
- 15) A empresa tem perspectiva de comprar novas propriedades nas comunidades rurais do município de Catalão, especialmente na Comunidade Rural Macaúba, para expandir sua área de exploração do minério?

ANEXOS

ANEXO A - A Comunidade Macaúba em fotos